



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 01 | janeiro 2018



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: janeiro de 2018

Elaborado com informação disponível até ao dia 28 de janeiro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

0149-077 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

0100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823397

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpearl.gov.pt>

ISSN: 1747-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Artigos	33
Em Análise	35
Comércio Portugal-Angola e Comércio Externo de Angola	35
Comércio Externo de São Tomé e Príncipe - Comércio com Portugal (2012-2016 e janeiro-novembro 2016-2017)	49
Iniciativas e Medidas Legislativas	55
Lista de Acrónimos	61

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2017, a produção industrial mundial desacelerou para 3,6% em termos homólogos (3,8% no 3.º trimestre) devido ao abrandamento dos países emergentes e em desenvolvimento, nomeadamente asiáticos. Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também recuou, resultando do enfraquecimento das trocas comerciais, particularmente acentuado para as exportações dos mesmos países.
- * No quarto trimestre de 2017, assistiu-se a um forte dinamismo da economia mundial. De entre as economias avançadas, o PIB dos EUA acelerou para 2,5% em termos homólogos reais (2,3% no 3.º trimestre) associado ao reforço da procura interna e à melhoria das exportações; enquanto o do Reino Unido desacelerou para 1,5% (1,7% no 3.º trimestre). De entre os países emergentes, o PIB da China manteve um crescimento de 6,8% em termos homólogos reais no 4.º trimestre de 2017; mas acelerou para 6,9% para o conjunto do ano de 2017 (6,7% em 2016) associado sobretudo à recuperação das exportações, as quais aumentaram para 8,2% (-7,7% em 2016). Em 2017, a taxa de inflação homóloga acelerou para a generalidade das economias avançadas; enquanto recuou nalguns países emergentes, com destaque para o Brasil e a Rússia.
- * No 4.º trimestre de 2017 e, de acordo com a estimativa preliminar, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) aumentou para 2,6% e 2,7% em termos homólogos reais, respetivamente (2,8% em ambas as zonas, no 3.º trimestre). O indicador de sentimento económico continuou a subir tanto para a UE como para a AE durante o último trimestre de 2017, devido à melhoria de todos os indicadores de confiança. O mercado de trabalho da economia europeia registou uma melhoria ao longo de 2017, salientando-se uma descida da taxa de desemprego, quer para a UE quer para a AE, situada em 7,3% e 8,7%, respetivamente, em novembro de 2017 (8,2% e 9,7%, em dezembro de 2016). Em dezembro de 2017, a taxa de inflação homóloga da área do euro desceu para 1,4% (1,5% em novembro) devido sobretudo à desaceleração dos preços de energia e dos produtos alimentares não transformados. Contudo, para o conjunto do ano de 2017 tenha aumentado, em média, para 1,5% (0,2%, em média, no ano de 2016) refletindo essencialmente uma recuperação dos preços de energia, os quais aumentaram para 5% (-5% em 2016).
- * Em janeiro de 2018 e, até ao dia 26, o preço *spot* do petróleo Brent continuou a aumentar de forma expressiva, para se situar, em média, em 69 USD/bbl (57 €/bbl), influenciado, em parte, pelo novo acordo entre países produtores de petróleo e não OPEP, no sentido do alargamento dos cortes de produção até final de 2018.
- * No início de 2018, as taxas de juro de curto prazo mantiveram-se estáveis para a área do euro, situando-se, em -0,33%, em média, até ao dia 26 de janeiro (igual ao valor registado, em média, para o ano de 2017); enquanto, nos EUA, prosseguiram o movimento ascendente, para 1,73% (1,3%, em média, em 2017).
- * Os índices bolsistas internacionais continuaram a apresentar uma evolução muito positiva em janeiro de 2018, com destaque para o dos EUA, refletindo a aprovação da reforma fiscal e o prosseguimento da normalização da política monetária. Para a área do euro, no domínio das medidas não convencionais de política monetária do BCE, iniciou-se em 2018, a diminuição de compras líquidas de ativos mensais para 30 mil milhões de euros (em vez dos 60 mil milhões de euros anteriormente). Também, em janeiro de 2018, o euro apreciou-se de forma significativa face ao dólar (1,24) no dia 26, o valor mais elevado dos últimos 3 anos, correspondendo a uma apreciação de 3,7% face ao final de 2017 (1,20), beneficiando de uma forte expansão económica da área do euro.

Conjuntura Nacional

- * De acordo com os dados publicados pelo INE para o 4.º trimestre, o indicador de clima económico registou uma ligeira deterioração face ao trimestre anterior. Já o indicador de atividade económica apresentou uma ligeira melhoria depois de ter estabilizado, em meados deste ano, em máximos desde 2002.
- * O Índice de confiança dos consumidores melhorou substancialmente em 2017; por sua vez, os indicadores qualitativos dos empresários apresentaram um desenvolvimento misto.
- * O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento de 3,6% no trimestre terminado em novembro, valor inferior em 0,3 p.p. quando comparado com o 3.º trimestre do ano.
- * O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE, no trimestre terminado em novembro, voltou a registar um crescimento homólogo de dois dígitos (14,1%), o que representa um aumento de 1,9 p.p. face ao registado no 3.º trimestre de 2017.
- * Até novembro de 2017, o excedente acumulado da balança corrente foi de 1140 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 518 milhões de euros, em termos homólogos. A balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 2773 milhões de euros (-363 milhões de euros, em termos homólogos).
- * No final de novembro, o número de desempregados registados nos centros de emprego diminuiu, em termos homólogos, 16,3%, enquanto os desempregados inscritos ao longo do quarto trimestre caíram 6,8%.
- * No ano de 2017, a variação homóloga do IPC fixou-se em 1,4%, 0,8 p.p. acima do valor de 2016, enquanto o IHPC cresceu 1,6%, 0,1 p.p. acima do registado na área do euro. Em igual período, o IPPI registou uma variação de 3,4%.
- * No final do mês de dezembro, a execução orçamental das Administrações Públicas traduziu-se num saldo global negativo de 2.574 milhões de euros, valor que revela uma melhoria de 1.607 milhões de euros em relação ao registado no mesmo mês do ano anterior¹. Para este resultado foi decisivo o crescimento de 3,8% da receita efetiva, superior ao aumento concomitante da despesa efetiva (1,6 %)². O saldo primário cifrou-se, entretanto, num excedente de 5.725 milhões de euros, o que corresponde a uma melhoria de 1.677 milhões de euros face ao mês homólogo do ano anterior.
- * Para o resultado da execução orçamental das Administrações Públicas foi determinante o subsector da Administração Central com um saldo global negativo de 4.936 milhões de euros, valor que, por sua vez, decorre da conjugação de défices nos subsectores Estado (4.822 milhões de euros) e Serviços e Fundos Autónomos (114 milhões de euros). A Segurança Social concorreu, por seu lado, com um saldo global positivo de 2.078 milhões de euros.
- * No que toca ao subsector da Administração Regional, registava-se, em finais de dezembro, um saldo global negativo da ordem dos 182 milhões de euros, enquanto o subsector da Administração Local mostrava, no mesmo período, um saldo global positivo de 466 milhões de euros.
- * A um mês do encerramento do exercício orçamental de 2017, a dívida do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) reduziu-se em 2.473 milhões de euros (menos 1%) relativamente ao mês anterior, confirmando a tendência que se vem registando nos últimos meses, e fixou-se em novembro em 242.795 milhões de euros. A dívida pública líquida atingiu o valor de 227.390 milhões de euros, 917 milhões de euros abaixo do valor registado no mês anterior.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

- * Em dezembro, o valor da dívida direta do Estado atingiu o montante de 234.424 milhões de euros, representando globalmente uma redução de 206 milhões de euros relativamente ao mês anterior por força de um montante de amortizações ao longo do mês superior ao valor de novas emissões de dívida.
- * Os leilões de Bilhetes do Tesouro e a emissão sindicada de 4.000 milhões de euros de Obrigações do Tesouro realizados em janeiro de 2018 confirmam a tendência de redução das taxas de juro de colocação de títulos de dívida pública iniciada no segundo semestre de 2016 e confirmada ao longo de 2017.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados³ apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 11% nos primeiros onze meses de 2017. Neste mesmo período, as importações aumentaram 13,8%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 26,9%, correspondendo a 2.632 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 80,4%, menos 2 p.p. que em igual período de 2016.
- * Nos primeiros onze meses de 2017, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias (9,8%), excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao crescimento das exportações totais. As importações registaram um crescimento superior ao das exportações (11,5%), o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 21,4%.
- * No último ano a terminar em novembro de 2017, as exportações de mercadorias cresceram 11,1% em termos homólogos, com o contributo positivo de todos os grupos de produtos. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (1,9 p.p.), das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (1,7 p.p.), dos “Minérios e metais” e do “Material de transp. terrestre e suas partes” (ambos com +1,6 p.p.) e, ainda, dos “Químicos” (1,1 p.p.). Nos primeiros onze meses de 2017, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (1,8 p.p.), das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (1,7 p.p.), dos “Minérios e metais” e do “Material de transp. terrestre e suas partes” (ambos com 1,6 p.p.), dos “Agroalimentares” e dos “Químicos” (ambos com 1,1 p.p.) e, ainda, dos “Produtos acabados e diversos” (1,0 p.p.).
- * De janeiro a novembro de 2017, as exportações para o mercado comunitário cresceram 9,1 %, em termos homólogos, tendo contribuído 6,9 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram um crescimento de 8,9% e para os países do Alargamento 12,7%, a que corresponderam contributos para o crescimento do total das exportações de 6,4 p.p. e 0,5 p.p., respetivamente. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (25,2% do total), registaram o maior contributo Intra UE-15 (2 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para França e Alemanha (1,2 p.p. e 0,9 p.p., respetivamente).
- * Nos primeiros onze meses de 2017, as exportações para os Países Terceiros cresceram 16,9%, passando a representar 25,8 % do total das exportações nacionais (+1,3 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o crescimento das exportações para o Brasil (73,2%), a China (27,3%) e a Angola (25,2%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de novembro de 2017, as exportações de bens e serviços cresceram, em termos homólogos, 11,9% nos primeiros onze meses de 2017. A componente de serviços registou um melhor desempenho face à dos Bens (14,2% e 10,7%, respetivamente), tendo a componente de bens registado um maior contributo para o crescimento do total das exportações (7 p.p.).

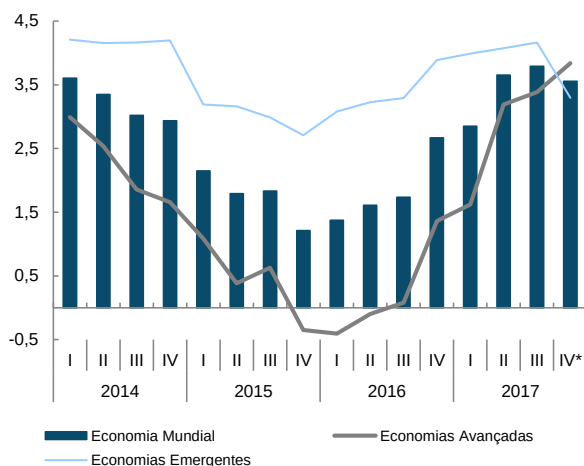
³ Resultados mensais preliminares de janeiro a novembro de 2017.

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2017, a produção industrial mundial desacelerou para 3,6% em termos homólogos (3,8% no 3.º trimestre) devido ao abrandamento dos países emergentes e em desenvolvimento, nomeadamente asiáticos.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



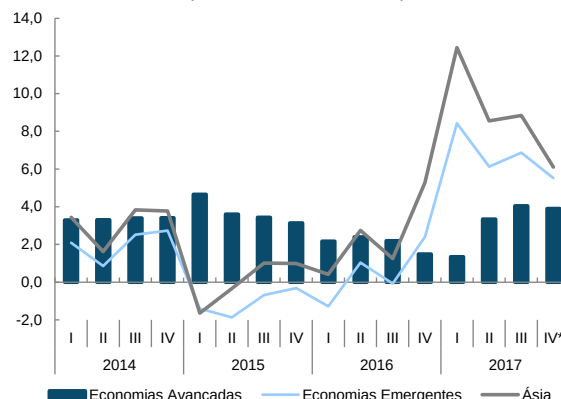
Fonte: CPB. * Média de outubro e novembro.

Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também recuou, em resultado de alguma deterioração tanto das exportações como das importações mundiais.

De facto, no conjunto dos meses de outubro e novembro de 2017 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial abrandou para 4,2% (5,1% no 3.º trimestre);
- as exportações e as importações mundiais desaceleraram para 3,8% e 4,5%, respetivamente (5,1% e 5,2%, designadamente, no 3.º trimestre).

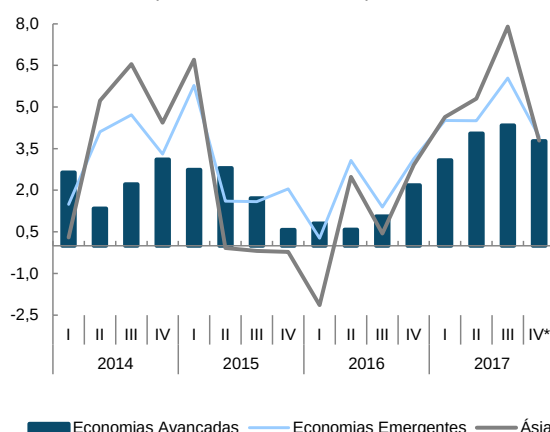
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * Média de outubro e novembro.

Os dados disponíveis para o 4.º trimestre de 2017, indicam um enfraquecimento das trocas comerciais mundiais, especialmente para os países emergentes e em desenvolvimento, o qual foi particularmente acentuado para as exportações da Ásia.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * Média de outubro e novembro.

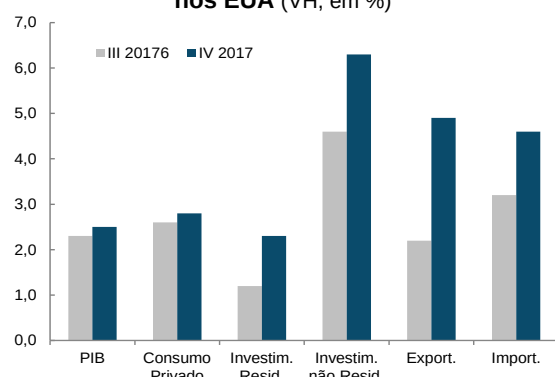
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017			
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	18	17	2,7	2,9	3,7	3,8	3,7	3,9	3,8	3,3
Economias Avançadas	VH	CPB	0,2	0,1	14	16	3,2	3,4	3,3	3,4	4,0	3,7
Economias Emergentes	VH	CPB	3,4	3,3	3,9	4,0	4,1	4,2	4,1	4,4	3,7	2,9
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	15	12	2,2	3,9	4,3	5,1	4,8	5,2	4,2	4,2
Importações Mundiais	VH	CPB	15	13	18	4,1	4,4	5,2	4,8	4,9	4,7	4,4
Economias Avançadas	VH	CPB	2,1	2,2	15	13	3,3	4,0	3,9	3,7	4,3	3,5
Economias Emergentes	VH	CPB	0,5	-0,1	2,4	8,4	6,1	6,9	6,3	6,7	5,2	5,9
Exportações Mundiais	VH	CPB	15	12	2,6	3,7	4,2	5,1	4,7	5,5	3,7	4,0
Economias Avançadas	VH	CPB	12	11	2,2	3,1	4,0	4,3	4,3	4,2	3,7	3,8
Economias Emergentes	VH	CPB	2,0	14	3,1	4,5	4,5	6,0	5,3	7,1	3,6	4,2

Atividade Económica Extra-UE

No 4.º trimestre de 2017, assistiu-se à continuação de um forte dinamismo da generalidade das economias avançadas (EUA e UE) e a um reforço da produção industrial do Japão. Na parte final do ano de 2017, a taxa de inflação homóloga acelerou ligeiramente para a média da OCDE (2,3%) e para alguns países emergentes (Índia, Brasil); embora em termos homólogos anuais tenha recuado significativamente, especialmente para o Brasil e Rússia.

Figura 1.4. PIB e componentes da Despesa em volume nos EUA (VH, em %)

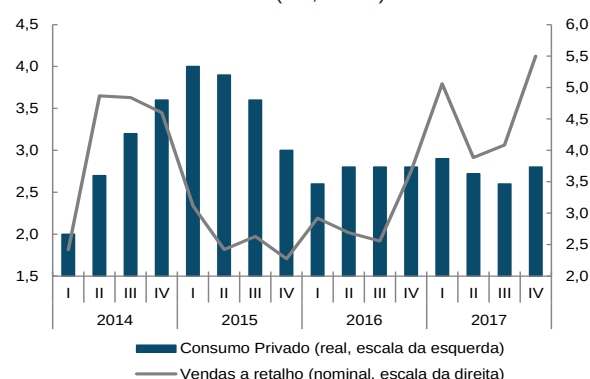


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Nos **EUA**, o PIB acelerou para 2,5% em termos homólogos reais, no 4.º trimestre de 2017 (2,3% no 3.º trimestre) associado sobretudo ao reforço da procura interna. Com efeito, neste período, em termos homólogos reais:

- o consumo privado acelerou para 2,8% (2,6% no 3.º trimestre de 2017);
- o investimento privado melhorou, devido sobretudo à componente não residencial;
- as exportações de bens e serviços aumentaram para 4,9% (2,2% no 3.º trimestre);
- a taxa de desemprego desceu para 4,1% (4,3% no 3.º trimestre) e a taxa de inflação homóloga registou um aumento de 2,1% (2% no período precedente).

Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)

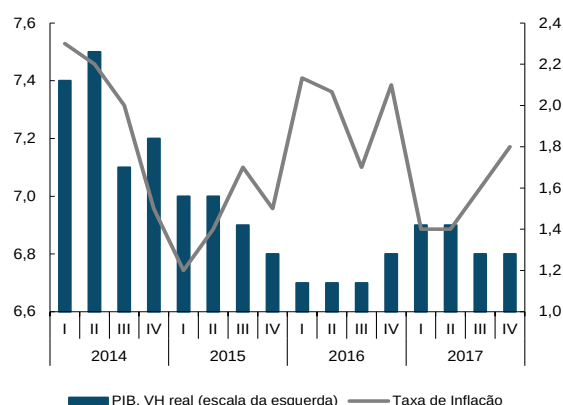


Fontes: Bureau of Economic Analysis; Census Bureau.

No 4.º trimestre de 2017, o PIB da **China** aumentou para 6,8% em termos homólogos reais (igual ao 3.º trimestre) associado à manutenção de um elevado dinamismo da procura interna e a um forte crescimento das trocas comerciais de bens.

Para o conjunto do ano de 2017, o PIB acelerou para 6,9% (6,7% em 2016) e, tanto as exportações como as importações de bens recuperaram, tendo apresentado um crescimento de 8,2% e 15,9%, respetivamente (-7,7% e -5,5%, designadamente, em 2016).

Figura 1.6. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

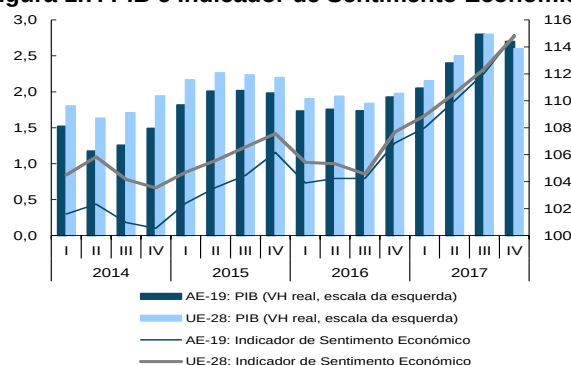
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016	2017					2017			
				4T	1T	2T	3T	4T		set	out	nov	dez
EUA – PIB real	VH	BEA	2,3	18	2,0	2,2	2,3	2,5		-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	2,0	-0,1	0,6	2,2	16	3,5		18	3,3	3,5	3,6
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	57,6	53,2	57,0	55,8	58,6	58,9		60,8	58,7	58,2	59,7
Índice ISM dos Serviços	%	"	60,2	60,1	60,9	61,3	58,2	60,3		61,3	62,2	61,4	57,3
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	96,8	93,1	97,2	96,4	95,1	98,4		95,1	100,7	98,5	95,9
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,4	4,7	4,7	4,3	4,3	4,1		4,2	4,1	4,1	4,1
China – PIB real	VH	NBSC	6,9	6,8	6,9	6,9	6,8	6,8		-	-	-	-
Exportações	VH	OMC	8,2	-5,3	6,8	8,5	6,5	10,0		8,0	6,9	12,3	10,9
Japão – PIB real	VH	COGJ	:	15	13	17	2,1	:		-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 4.º trimestre de 2017, o indicador de sentimento económico continuou a subir tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE), tendência que se estendeu a todos os indicadores de confiança. De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, de dezembro de 2017, o PIB trimestral em cadeia da área do euro aumentou para o valor mais elevado desde maio de 2006 (+0,6%, no 4.º trimestre de 2017).

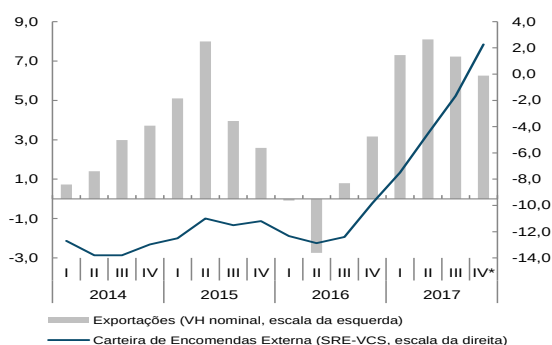
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

De acordo com a estimativa preliminar do Eurostat, o PIB da UE e da AE aumentou para 2,6% e 2,7%, respetivamente no 4.º trimestre de 2017 (2,8% para ambas as zonas no 3.º trimestre). E, ainda, os principais indicadores quantitativos para a área do euro, indicam um forte crescimento da produção industrial e um abrandamento quer das vendas a retalho, quer das exportações de bens.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro

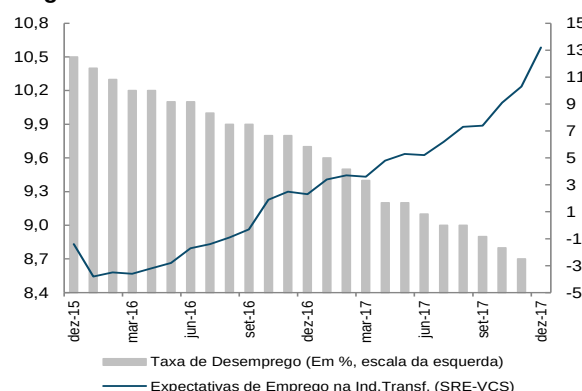


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * P/Exportações, média de outubro e novembro.

Em novembro de 2017, a taxa de desemprego desceu para a UE e área do euro, para 7,3% e para 8,7%, respetivamente (as taxas mais baixas desde finais de 2008 e início de 2009, designadamente).

Em dezembro de 2017, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para os setores da indústria transformadora, comércio a retalho, construção; enquanto desaceleraram ligeiramente para o ramo dos serviços.

Figura 1.9. Mercado de Trabalho da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em dezembro de 2017, a taxa de inflação homóloga da área do euro desceu para 1,4% (1,5% em novembro) devido sobretudo à desaceleração dos preços de energia e dos bens alimentares não transformados.

No entanto, para o conjunto do ano de 2017, a taxa de inflação global aumentou para 1,5% em média anual (0,2% em 2016) refletindo essencialmente uma recuperação dos preços de energia, para 5%, em média (-5%, no ano de 2016); visto que a taxa de inflação subjacente apenas subiu para 1,1% (0,8% em 2016).

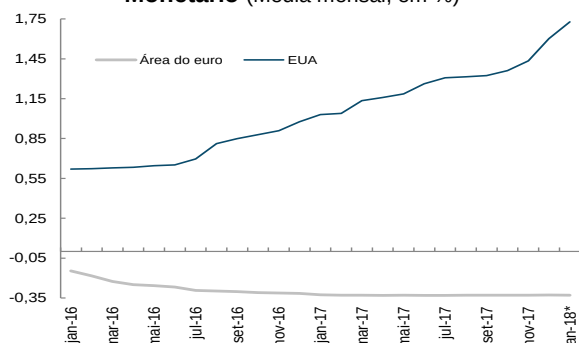
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016	2017					2017			
				4T	1T	2T	3T	4T		set	out	nov	dez
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	2,5	2,0	2,2	2,5	2,8	2,6		-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	111,7	107,7	108,9	110,6	112,4	114,8		113,1	114,2	114,3	115,9
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	2,5	1,9	2,1	2,4	2,8	2,7		-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	111,3	106,9	108,0	110,0	112,1	114,9		113,1	114,1	114,6	116,0
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	:	2,2	1,3	2,7	3,6	:		3,4	3,9	3,3	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	:	2,4	2,2	2,9	2,9	:		3,8	0,6	2,7	:
Taxa de Desemprego	%	"	:	9,8	9,5	9,2	9,0	:		8,9	8,8	8,7	:
IHPC	VH	"	15	0,7	18	15	14	14		15	14	15	14

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em janeiro de 2018, as taxas de juro de curto prazo mantiveram-se estáveis para a área do euro, em torno de -0,33%, em média, até ao dia 26 (igual valor, em média, para o ano de 2017); enquanto nos EUA, prosseguiram o movimento ascendente, sendo de 1,73%, em média, até dia 26 (1,3%, em média, no ano de 2017).

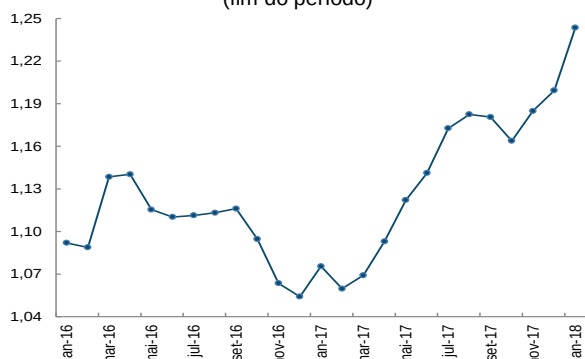
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 26.

Em dezembro de 2017, as taxas de juro de longo prazo subiram para os EUA; enquanto diminuíram para a área do euro. Adicionalmente, dentro da área do euro, os investidores penalizaram alguns mercados periféricos (Itália e Espanha) resultando num aumento do diferencial dos títulos a 10 anos face à Alemanha, devido, em parte, à instabilidade política em ambos os países.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

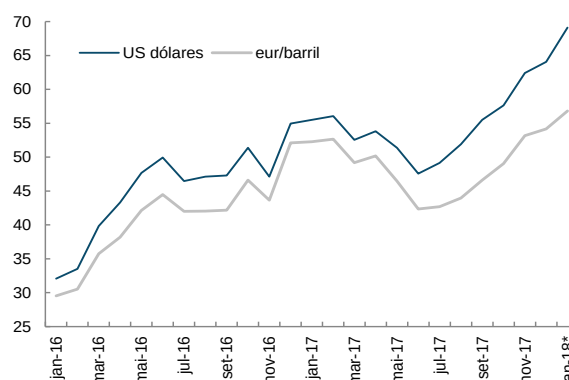


Fonte: Banco de Portugal. Para janeiro, o valor é do dia 26.

Em janeiro de 2018, o euro apreciou-se de forma significativa face ao dólar, tendo atingido 1,24 no dia 26 (o valor mais alto desde 18 de dezembro de 2014), seguindo a trajetória ascendente registada ao longo de 2017. De facto, no final de 2017 e, em termos homólogos, o euro situou-se em 1,20 e em 0,887 face ao dólar e libra esterlina, respetivamente (1,05 e 0,856, no final de 2016) representando uma apreciação de 13,8% e 3,6%, designadamente. Esta evolução beneficiou de uma forte expansão da economia da área do euro e do acordo para a concretização da saída do Reino Unido da União Europeia.

Em dezembro de 2017, o índice de preços relativo ao preço do petróleo importado situou-se em 49,3 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em janeiro de 2018 e, até ao dia 26, o preço do petróleo Brent aumentou de forma expressiva, tendo-se situado, em média, em 69 USD/bbl (57€/bbl), influenciado, pelo novo acordo entre países produtores de petróleo e não OPEP no sentido de alargar os cortes de produção até final de 2018 e, também pelas condições climáticas adversas.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média até ao dia 26.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016	2017					2017			
				4T	1T	2T	3T	4T		set	out	nov	dez
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	-0,33	-0,32	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33		-0,33	-0,33	-0,33	-0,33
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,33	2,13	2,44	2,26	2,24	2,37		2,20	2,36	2,35	2,40
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	1,17	1,10	1,41	1,17	1,12	0,99		1,12	1,15	0,95	0,88
Taxa de Câmbio *	Eur/USD	BP	1,199	1,054	1,069	1,141	1,181	1,199		1,181	1,164	1,185	1,199
Dow Jones*	VC	Yahoo	25,1	7,9	4,6	3,3	4,9	10,3		2,1	4,3	3,8	18
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	6,5	9,6	6,4	-1,7	4,4	-2,5		5,1	2,2	-2,8	-18
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	54,79	51,16	54,69	50,92	52,19	61,38		55,52	57,65	62,41	64,07
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	216	14,3	55,7	8,44	11,11	19,97		17,4	12,2	32,4	16,6
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	19,2	16,1	60,9	11,4	5,6	9,8		10,5	5,2	21,8	4,0
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	:	40,7	45,0	40,7	38,8	:		41,2	44,0	:	49,3

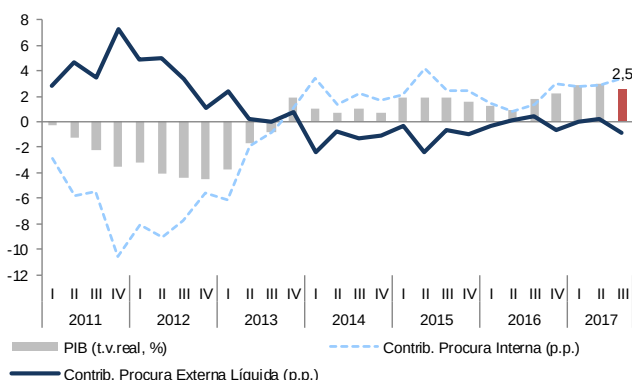
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

De acordo com os dados publicados pelo INE para o 3.º trimestre de 2017, a economia portuguesa cresceu 2,5%, desacelerando 0,5 p.p. em termos homólogos. Esta desaceleração deveu-se à passagem do contributo da procura externa para valores negativos e ao abrandamento do Investimento. No entanto, o contributo da procura interna continuou a aumentar graças à aceleração do consumo privado, compensando a evolução do Investimento (FBCF).

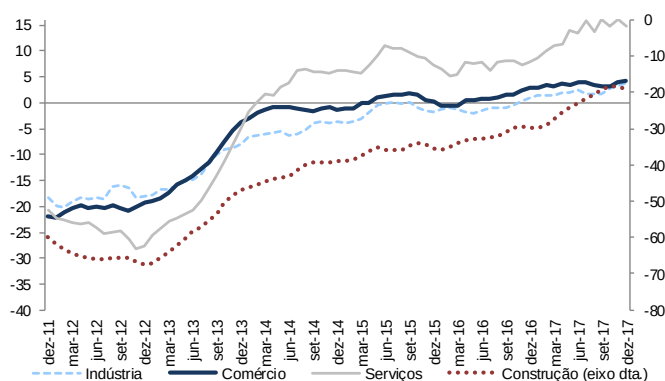
Figura 2.1. Produto Interno Bruto
(VH, %)



Fonte: INE.

No 4.º trimestre do ano, registou-se uma melhoria nos indicadores de confiança relativos ao setor da indústria, da construção e no setor do comércio a retalho face ao registado no trimestre anterior. Pelo contrário, os indicadores de confiança relativos ao setor dos serviços registaram uma ligeira deterioração no último trimestre do ano.

Figura 2.2. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)



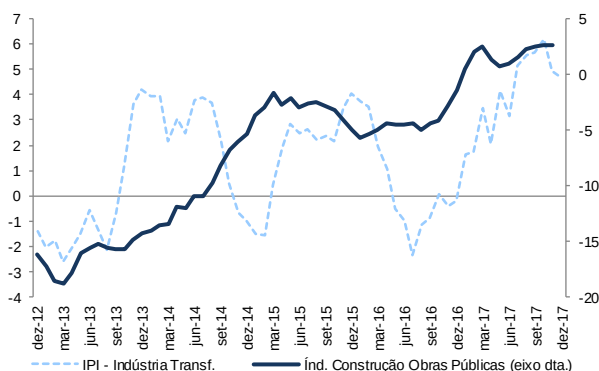
Fonte: INE

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016	2017				2017				
				4T	1T	2T	3T	4T	ago	set	out	nov	dez
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	2.2	2.8	3.0	2.5	:	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	19	12	16	2.1	2.2	19	2.1	2.2	2.1	2.1	19
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	2.4	10	14	2.4	18	3.9	0.9	3.0	4.3	2.8	4.5
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	3.7	2.9	3.1	3.9	3.2	4.3	2.3	3.0	4.2	4.3	4.5
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	13.8	7.7	10.9	13.5	16.0	14.9	13.1	17.6	13.6	16.7	14.3
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-22.2	-29.7	-27.4	-23.0	-19.2	-19.0	-19.2	-18.0	-18.4	-18.9	-19.8
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	4.3	-0.2	3.5	3.2	5.7	4.7	8.5	3.5	6.6	4.8	2.8
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	:	7.1	9.2	5.2	8.5	:	9.7	9.2	18	0.6	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	:	7.1	5.1	6.9	6.0	:	5.8	6.2	4.3	4.9	:

Relativamente ao 4.º trimestre de 2017, o indicador de clima económico do INE registou uma ligeira deterioração face ao 3.º trimestre. No trimestre terminado em novembro de 2017, o indicador de atividade económica do INE apresentou uma ligeira melhoria face ao trimestre precedente, depois de ter estabilizado, em meados deste ano, em máximos desde 2002.

Figura 2.3. Índices de Produção
(VH, MM3)



Fonte: INE

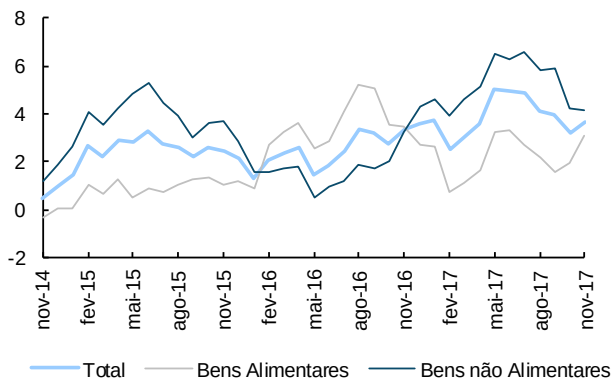
Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em novembro, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o Índice de Produção registou uma variação de 4,9% e o Índice de Volume de Negócios apresentou uma variação de 3,8% (5,7% e 8,5% no 3.º trimestre de 2017, respetivamente);
- o Índice de Produção na Construção e Obras Públicas apresentou um aumento de 2,6%, acelerando 0,1 p.p. face ao registado no 3.º trimestre de 2017;
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços apresentou um aumento quando comparado com o período homólogo de 5,1% (-0,9 p.p. face ao 3.º trimestre de 2017);
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento de 3,6%, valor inferior em 0,3 p.p. quando comparado com o 3.º trimestre do ano.

Consumo Privado

No mês de novembro de 2017, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu 4,8% em termos homólogos (+3,1 p.p. do que em outubro). Tanto a componente alimentar como a não-alimentar tiveram evoluções homólogas semelhantes (4,8% e 4,7%, respetivamente).

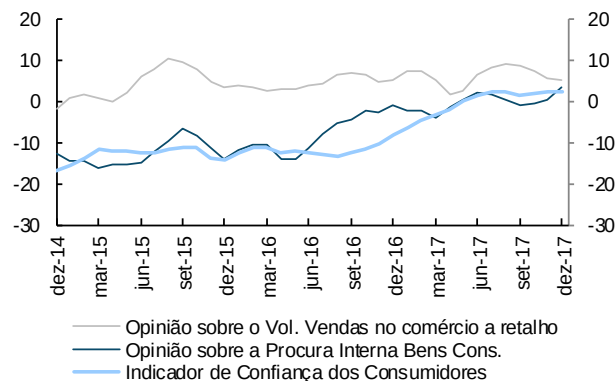
Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)



Fonte: INE.

No último trimestre de 2017, os indicadores qualitativos de confiança dos consumidores e de opinião de procura interna de bens de consumo melhoraram substancialmente; por sua vez, o indicador de opinião do volume de vendas no comércio a retalho apresentou uma deterioração.

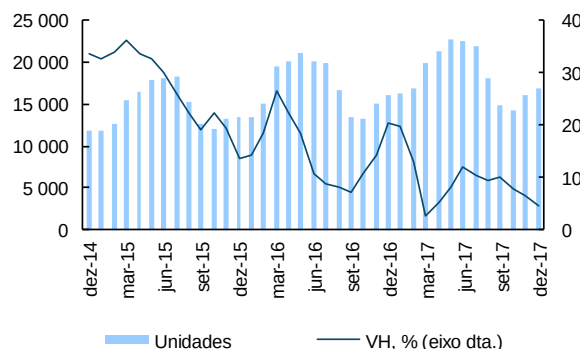
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Nos três últimos meses de 2017 foram vendidos 50 585 veículos ligeiros de passageiros, um aumento de 4,5% face ao período homólogo, e mais 6 219 do que no terceiro trimestre. No conjunto do ano foram vendidos 222 137 veículos, mais 7,1% do que em 2016.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros (MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016	2017				2017				
				4T	1T	2T	3T	4T	ago	set	out	nov	dez
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	:	2,9	2,4	1,9	2,5	:	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	0,5	-8,2	-3,4	1,7	1,5	2,3	1,1	0,7	4,4	1,7	0,7
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	6,5	5,1	5,4	6,4	8,9	5,4	9,5	7,8	5,5	3,7	7,2
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	:	3,6	3,0	4,9	4,0	:	3,4	4,4	1,7	4,8	:
Bens Alimentares	VH	"	:	2,7	1,1	3,3	1,6	:	1,5	2,1	2,2	4,8	:
Bens não alimentares	VH	"	:	4,3	4,6	6,3	5,9	:	4,9	6,3	1,2	4,7	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	7,1	20,3	2,5	11,8	10,1	4,5	11,5	6,4	6,5	7,0	0,4
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	:	6,1	8,3	8,1	4,2	:	4,3	3,2	12,6	3,7	:

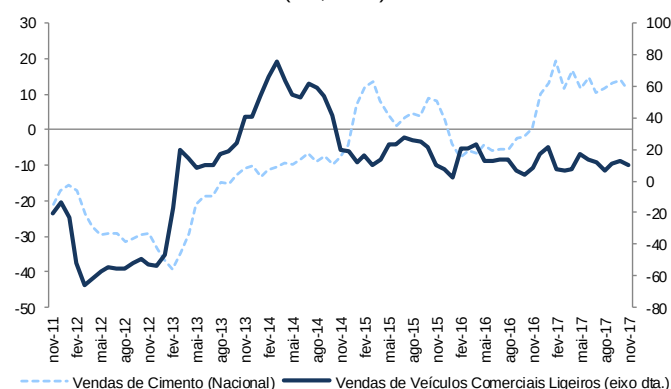
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; ** Inclui veículos To do-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento no 4.º trimestre de 2017, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros aumentaram 10,2% (+3,9 p.p. face ao 3.º trimestre de 2017), enquanto as vendas de veículos comerciais pesados registaram um aumento de 6,2%, apesar da acentuada desaceleração face ao 3.º trimestre do ano (-33,4 p.p.).
- as vendas de cimento registaram uma variação de 11,0% (-0,6 p.p. comparativamente ao 3.º trimestre de 2017);
- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso registaram uma melhoria, apesar de menos acentuada que no 3.º trimestre.

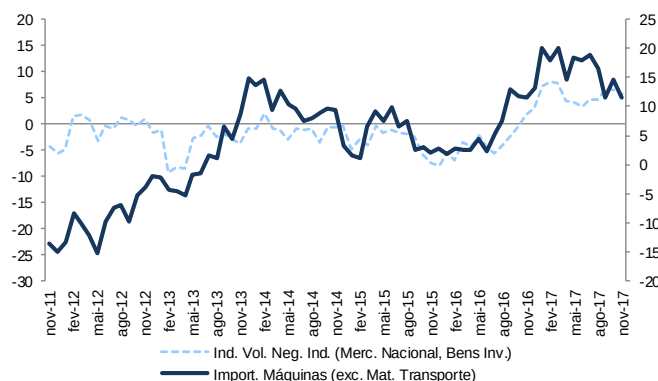
Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

Tal como tem vindo a acontecer desde meados de 2016, o Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE, no trimestre terminado em novembro, voltou a registar um crescimento homólogo de dois dígitos (14,1%), o que representa um aumento de 1,9 p.p. face ao registado no 3.º trimestre de 2017.

Figura 2.8. Bens de Equipamento
(VH, MM3)

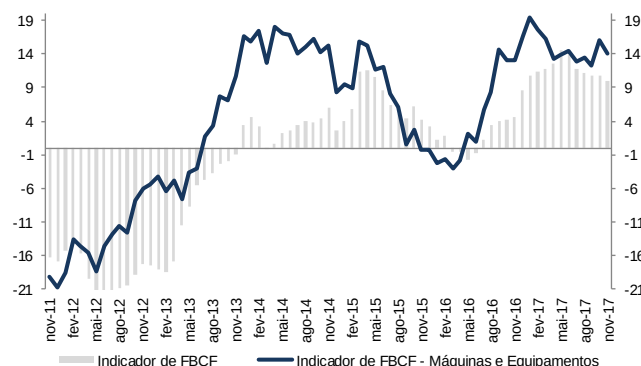


Fonte: INE.

Outros dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em novembro, mostram que, em termos médios homólogos:

- o Índice de Volume de Negócios da Indústria de Bens de Investimento para o mercado nacional registou uma variação de 5,6% (6,7% no 3.º trimestre de 2017);
- as importações de máquinas e outros de bens de capital exceto material de transporte, em termos nominais, cresceram 11,4% (11,5% no 3.º trimestre do ano).

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

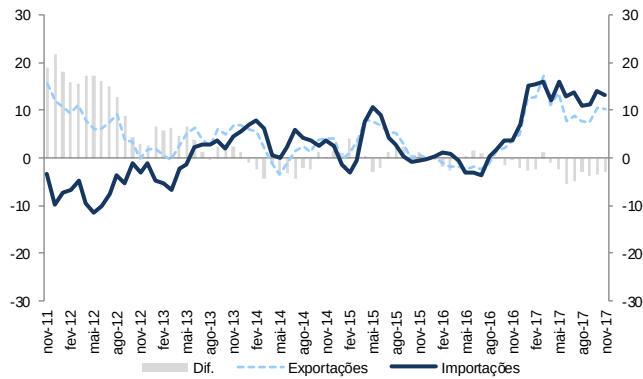
Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016	2017				2017				
				4T	1T	2T	3T	4T	ago	set	out	nov	dez
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	6.3	7.9	10.1	10.4	:	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	"	:	6.1	10.0	11.1	10.0	:	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	:	8.7	11.7	13.9	10.8	:	11.1	10.8	10.9	9.9	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	13.2	0.2	19.2	11.5	11.7	11.0	11.1	10.3	17.5	13.7	0.6
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	10.4	8.0	7.5	17.3	6.3	10.2	12.6	0.7	22.8	14.8	-0.1
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	10.7	18.8	-2.3	5.3	39.6	6.2	89.6	5.0	-12.4	75.7	-118
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	7.7	-6.6	7.0	11.4	9.7	2.8	3.8	2.1	0.0	3.4	5.1
Licenças de Construção de fogos	VH	"	:	30.4	51.0	11.6	21.3	:	11.0	22.6	21.4	18.5	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	:	13.2	20.1	18.0	11.5	:	13.5	8.2	22.4	4.7	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	:	3.0	7.9	3.3	6.7	:	7.1	8.7	147.5	4.5	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE, tendo em conta o trimestre terminado em novembro, apontam para um aumento das exportações de 10,2% e um aumento das importações em 13,2% (7,5% e 11,3% no 3.º trimestre de 2017).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



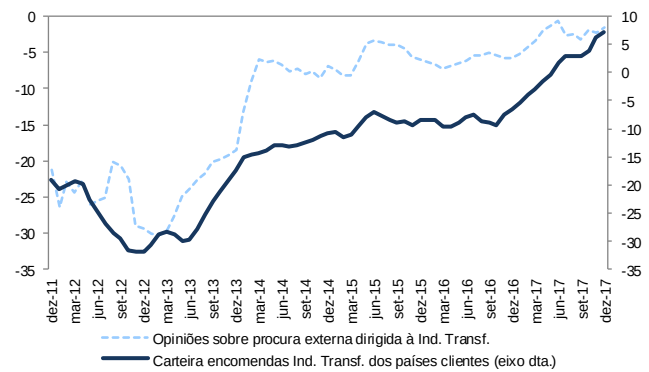
Fonte: INE.

Também para o trimestre terminado em novembro, e em termos médios homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações aumentou 5,9%, desacelerando 8,4 p.p. face ao trimestre terminado em setembro de 2017. Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 11,7%, acelerando 6,4 p.p. em relação ao 3.º trimestre de 2017;
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário aumentou 11,2%, enquanto o mercado extracomunitário registou um acréscimo de 20,8% (+1,3 p.p. e +4,7 p.p. face ao 3.º trimestre de 2017, respetivamente). Em termos acumulados, a taxa de cobertura do comércio internacional de bens situa-se atualmente em 80,4%.

No 4.º trimestre de 2017, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram consideravelmente menos negativas que no trimestre anterior. De forma mais acentuada, a carteira de encomendas da indústria transformadora dos países clientes continuou a tendência de melhoria, iniciada no final de 2016.

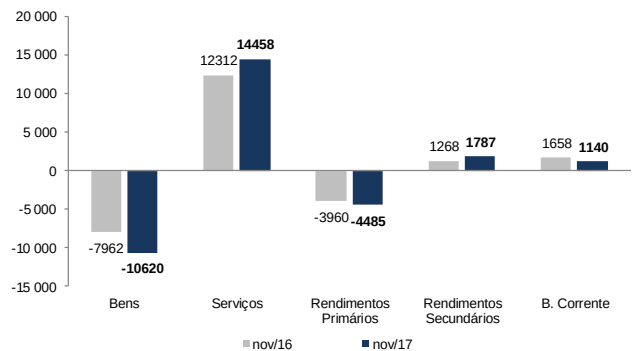
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até novembro de 2017, o excedente acumulado da balança corrente foi de 1140 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 518 milhões de euros, em termos homólogos. Este resultado traduz o decréscimo do saldo da balança de bens e do saldo da balança de rendimentos primários, apesar da evolução positiva do saldo da balança de serviços de rendimentos secundários.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP. Séries ajustadas de sazonalidade.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 2773 milhões de euros (uma diminuição de 363 milhões de euros face ao mesmo período de 2016).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2017				
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	nov
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	4.1	4.9	6.0	9.7	7.9	6.6	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	4.1	3.7	7.3	9.1	7.1	8.3	:	:	:	:	:
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	"	0.9	11	0.9	0.7	0.7	0.8	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	"	10	10	10	10	0.9	11	:	:	:	:	:
Saídas de Bens	VH nom	"	0.8	17	4.9	17.3	7.7	7.5	4.4	13.9	5.7	12.8	11.9
Entradas de Bens	VH nom	"	15	16	7.0	15.9	13.0	11.3	13.2	12.8	8.3	21.1	10.4

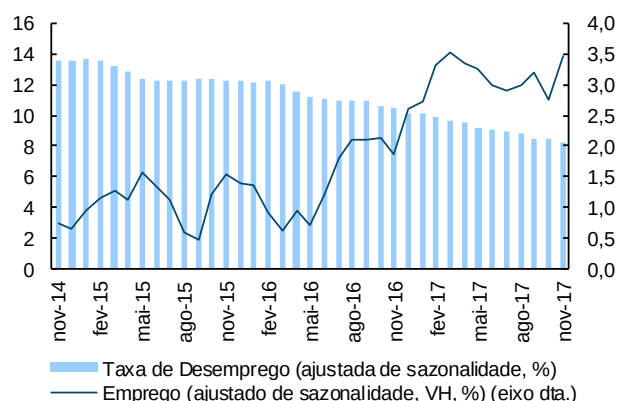
* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre.

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016		2017			2016	2017	Dif.
				3T	4T	1T	2T	3T	jan-nov	jan-nov	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	3 185	2579	963	64	-749	2550	3136	2773	-363
Saldo Balança de Bens	"	"	-9 256	-2322	-2797	-2385	-2989	-3068	-7962	-10620	-2658
Saldo Balança de Serviços	"	"	13 290	4894	3133	2271	3816	5600	12312	14458	2146
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-4 260	-1002	-435	-748	-2286	-1061	-3960	-4485	-524
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	1547	356	481	521	380	598	1268	1787	519

Mercado de Trabalho

As estimativas do Instituto Nacional de Estatística apontam para que a taxa de desemprego, no trimestre centrado em novembro, tenha ficado nos 8,2%, 0,2 p.p. abaixo do valor de outubro e 2,3 p.p. abaixo do registado um ano antes. Para esta evolução contribuiu uma redução homóloga da população desempregada em 21,2% e um aumento de 3,5% do emprego (20,2% e 3,2%, respetivamente, na estimativa para outubro).

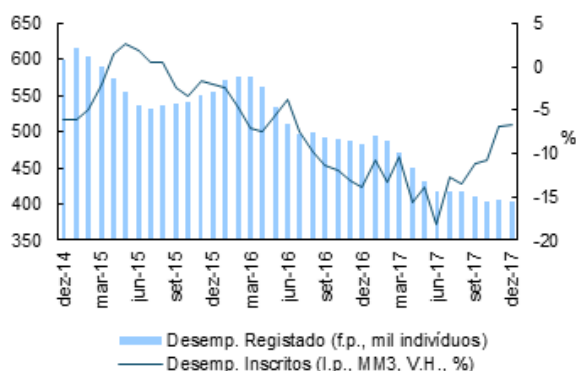
Figura 2.13. Taxa de desemprego e Emprego



Fonte: INE.

No final de 2017, encontravam-se registados cerca de 404 mil desempregados, uma redução de 16,3% face ao valor registado no final de 2016. Já o desemprego inscrito ao longo do quarto trimestre ascendeu aos de 152 mil pedidos, traduzindo uma descida de 6,8% quando comparado com os últimos três meses de 2016. No conjunto do ano, o número de desempregados inscritos caíram 11,5%.

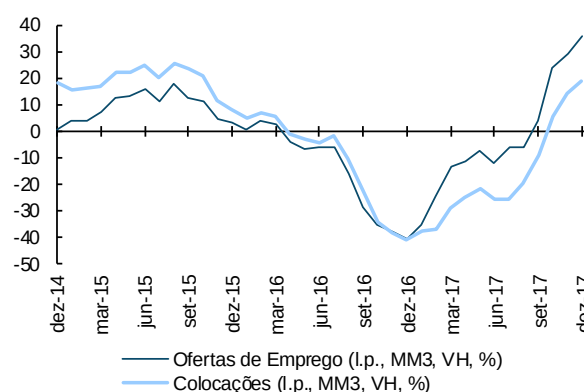
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

Esta evolução reflete um aumento das colocações que, no quarto trimestre, subiram 18,9%, em termos homólogos, para as 20 mil colocações (-15,7% no conjunto do ano). As ofertas de emprego seguiram um padrão similar; durante o último trimestre do ano aumentaram 36% (-1,5% em 2016). Assim, o rácio entre ofertas e colocações foi, no quarto trimestre, de 63,1%, -1,5 p.p. do que no trimestre precedente.

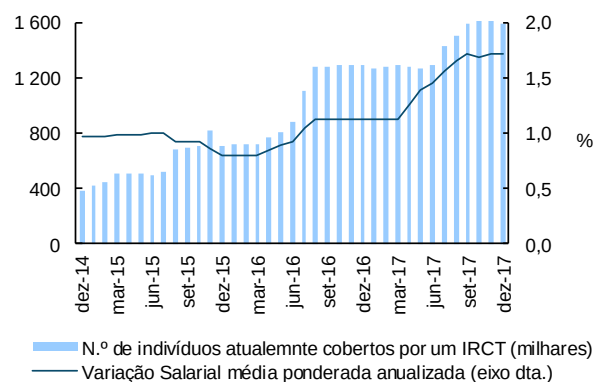
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

No final de 2017, estima-se que cerca de 1,596 milhões de trabalhadores se encontrassem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, um aumento de aproximadamente 23,5% face a 2016. Já o aumento das remunerações médias implícitas fixou-se nos 1,7%, valor 0,6 p.p. acima do registado no final de 2016.

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fonte: MESS, estimativas GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

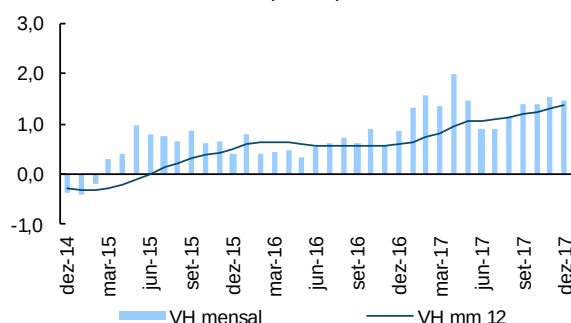
Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016	2017					2017				
				4T	1T	2T	3T	4T		ago	set	out	nov	dez
Taxa de Desemprego*	%	INE	:	10,5	10,1	8,8	8,5	:		8,7	8,5	8,4	8,2	:
Emprego Total*	VH	"	:	1,8	3,2	3,4	3,0	:		3,0	3,2	3,2	3,5	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-16,3	-13,1	-18,0	-18,3	-16,3	-16,3		-16,1	-16,3	-17,5	-16,8	-16,3
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-11,5	-14,0	-10,3	-18,1	-11,2	-6,8		-15,4	-10,0	-7,8	-2,3	-11,1
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-1,5	-40,5	-13,3	-12,0	3,7	36,0		8,9	7,4	59,5	22,9	17,1
Contratação Coletiva	VH	MSESS	1,7	1,1	1,1	1,5	1,7	1,7		1,7	1,7	1,7	1,7	1,7
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	:	0,9	3,3	3,1	-1,1	:		-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	:	1,7	1,3	1,9	1,9	:		-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

No ano de 2017, o índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação homóloga de 1,4% (0,6% em 2016), o valor mais elevado dos últimos 5 anos.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)

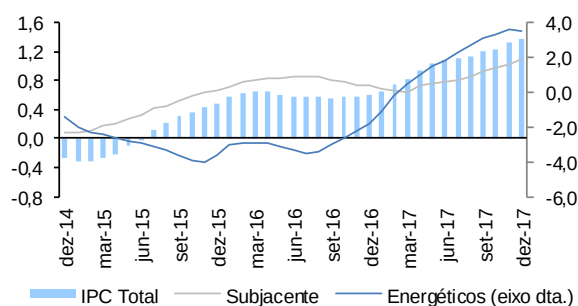


Fonte: INE.

De um modo geral, tanto o IPC dos Bens como o IPC dos Serviços partilharam esta tendência, ainda que a diferentes ritmos, tendo o IPC dos Bens crescido 0,9% (+0,9 p.p. que em 2016) e o IPC dos Serviços 2,1% (+0,6 p.p. que em 2016).

Já o IPC subjacente, isto é, o IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não processados, cresceu 1,1%, uma aceleração de 0,4 p.p. face a 2016. A diferença deste face ao IPC total reflete sobretudo um forte aumento da componente energética (3,5%), e um crescimento da componente alimentar não processada (1,8%).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



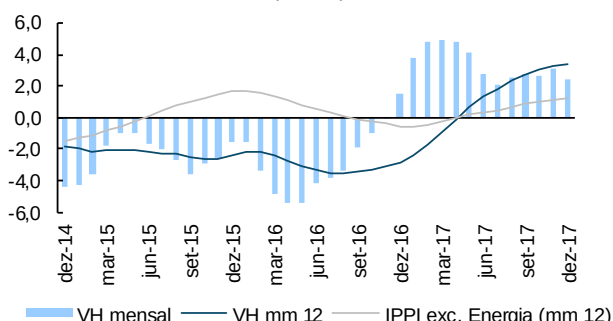
Fonte: INE.

Em 2017, ao nível das classes do IPC, as que registaram a maior quebra foram o Vestuário (-2,4%) e Acessórios para o Lar (-0,5%), enquanto a Restauração e Hotelaria e os Transportes foram as que mais aumentaram (3,7% e 3,1%, respetivamente).

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) nacional, em 2017, foi de 1,6% (1 p.p. acima do valor de 2016.) Por seu turno, a variação homóloga do IHPC na zona euro foi de 1,5% (+1,3 p.p. do que em 2016), pelo que o diferencial do IHPC de Portugal e do IHPC médio da zona euro se fixou nos 0,1 p.p. (0,4 p.p. em 2016).

Já o Índice de preços na Produção Industrial foi marcado por uma aceleração nos últimos meses do ano, tendo a variação homóloga do IPPI se fixado em 3,4%, acima dos -2,8% registados em 2016.

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

A tendência intra-anual encontra-se fortemente condicionada pela componente energética que apresentou uma variação média mensal superior a dois dígitos. Por sua vez, o agrupamento de Bens de Consumo Duradouro foi o único que pressionou negativamente a evolução do IPPI.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

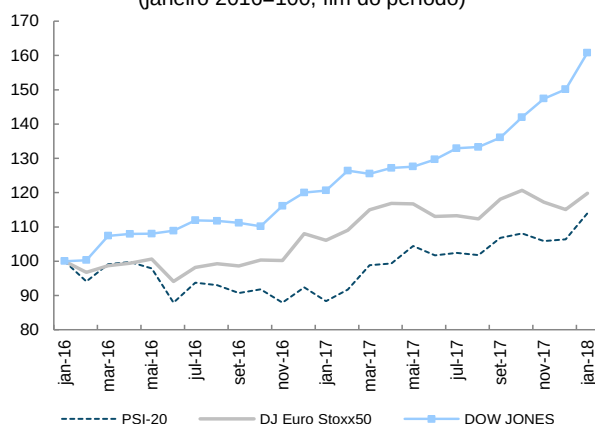
Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017									
				abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	1,0	-0,2	-0,4	-0,7	0,0	0,9	0,3	-0,3	0,0	
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	1,4	2,0	1,5	0,9	0,9	1,1	1,4	1,4	1,5	1,5	
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	0,9	1,0	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	1,3	1,4	
IPC - Bens	VH	"	0,9	1,1	1,0	-0,1	0,0	0,3	0,6	0,6	1,3	1,0	
IPC - Serviços	"	"	2,1	3,3	2,1	2,4	2,2	2,4	2,5	2,5	1,9	2,1	
IPC Subjacente*	"	"	1,1	1,7	1,2	1,1	1,0	1,3	1,3	1,3	1,1	1,2	
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	3,4	4,8	4,1	2,7	2,1	2,5	2,7	2,7	3,2	2,4	
IHPC	"	"	1,6	2,4	1,7	1,0	1,0	1,3	1,6	1,9	1,8	1,6	
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	0,0	0,5	0,3	-0,3	-0,3	-0,2	0,1	0,5	0,3	0,2	

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

No início de 2018, os índices bolsistas internacionais continuaram a apresentar uma evolução muito positiva, com destaque para o dos EUA, refletindo a aprovação da revisão fiscal e o prosseguimento da normalização da política monetária. Assim, a 26 de janeiro de 2018, os índices *Dow Jones* e *Euro Stoxx50* apreciaram-se 7,1% e 4,1%, respetivamente, face ao final de 2017 (25,1% e 6,5%, designadamente, em termos homólogos, no final de 2017).

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(janeiro 2016=100, fim do período)

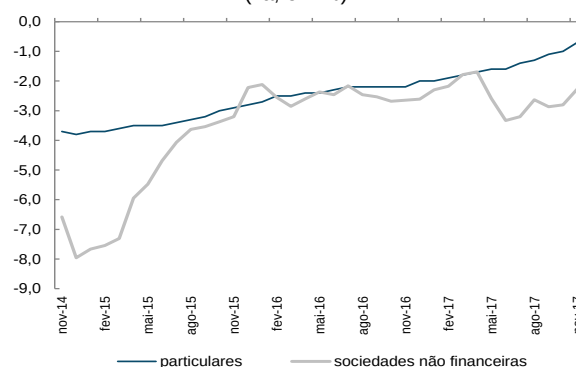


Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para janeiro, o valor é do dia 26.

À semelhança da evolução favorável dos mercados financeiros internacionais, o índice PSI-20 também se valorizou fortemente em finais de janeiro de 2018, tendo, no dia 26, apreciado 7,2% face ao final de 2017 (15,2% em termos homólogos, no final de 2017).

Em novembro de 2017, a variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro foi de -1,3% em termos anuais (-1,7% no mês precedente). Esta melhoria deveu-se quer ao crédito atribuído às empresas não financeiras, quer às famílias.

Figura 2.21. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

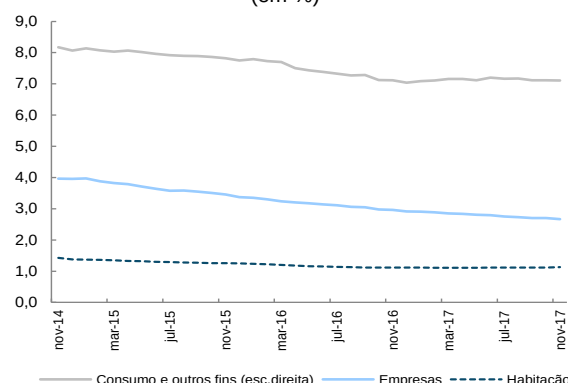


Fonte: Banco de Portugal.

Quanto ao crédito destinado aos particulares, este melhorou para uma variação anual de -0,7% (-1% no mês precedente) devido a uma evolução mais favorável de todos os segmentos (habitação, consumo e para outros fins).

Em novembro de 2017, as taxas de juro das operações do crédito diminuíram para as empresas; enquanto subiram para os particulares, resultando do aumento dos juros para o crédito à habitação para 1,13%, interrompendo a estabilização registada entre julho e outubro de 2017.

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos
(em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017									
				abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	19	3,5	3,1	3,0	2,8	2,8	2,4	2,1	1,9	1,9	
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	146	321	280	255	231	247	192	170	154	146	
PSI 20*	VC	CMVM	15,2	0,5	5,1	-2,6	0,7	-0,6	4,9	12	-2,1	0,5	
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	:	-2,6	-2,6	-2,5	-2,4	-2,3	-2,1	-1,9	-1,8	:	
- para consumo	va**	"	:	8,6	8,6	8,1	9,1	9,5	9,7	8,5	9,1	:	
Empréstimos a empresas	va**	"	:	-1,7	-2,6	-3,3	-3,2	-2,6	-2,9	-2,8	-2,3	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	:	1,11	1,11	1,12	1,12	1,12	1,12	1,12	1,13	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	:	2,83	2,81	2,79	2,75	2,73	2,70	2,70	2,67	:	

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

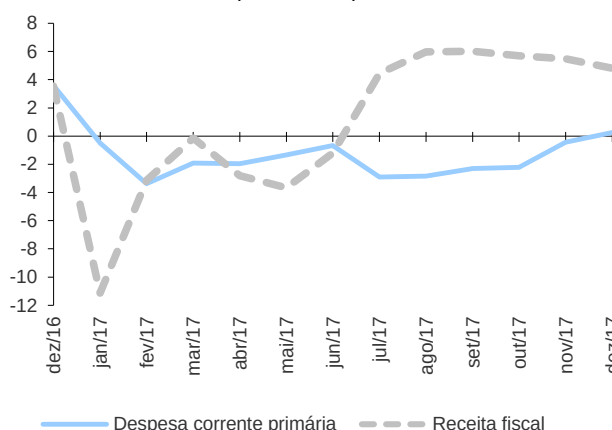
Finanças Públicas

No final do mês de dezembro, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um saldo global negativo de 2.574 milhões de euros, correspondente a uma melhoria de 1.607 milhões de euros relativamente ao saldo registado no mesmo mês do ano anterior¹. Este resultado assentou principalmente na receita efetiva, cujo crescimento (3,8%) superou o aumento concomitante da despesa efetiva (1,6%)². No mesmo período, o saldo primário cifrou-se num excedente de 5.725 milhões de euros, valor que corresponde a uma melhoria de 1.677 milhões de euros face ao mês homólogo do ano anterior. O referido crescimento da receita efetiva foi marcado pelo aumento de 4,3% registado na *Receita Fiscal*, acompanhado, aliás, por um acréscimo de 1,4% nas *Contribuições para a Segurança Social*. No que toca à despesa efetiva destacam-se os aumentos nas rubricas *Investimentos* (5,3%) e *Despesas com o Pessoal* (2,6%), bem como a redução verificada nos *Subsídios* (7,4%).

Estado

O subsetor Estado registou, no final do mês de dezembro, um saldo global negativo de 4.822 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 1.310 milhões de euros relativamente ao período homólogo do ano anterior, o equivalente a cerca de 21%. O saldo primário apresenta um excedente de 2.301 milhões de euros, correspondente a um aumento de 1.054 milhões de euros face a idêntico período do ano anterior.

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

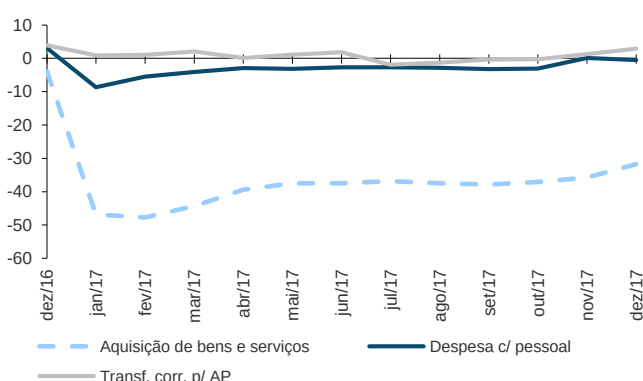
A referida melhoria do saldo global decorreu da combinação de um acréscimo de 3,1% da receita efetiva com um aumento de apenas 0,1% da despesa efetiva do subsector. O grau de execução da receita efetiva situou-se, entretanto, 1,9 pontos

percentuais acima do registado no período homólogo do ano anterior, enquanto o da despesa efetiva ficou 1,5 pontos percentuais abaixo do verificado em igual período.

Para a mencionada evolução da receita efetiva foi determinante o aumento registado na cobrança dos impostos indiretos e dos impostos diretos (3,3% e 6%, respetivamente).

O supracitado aumento da despesa efetiva teve como fator preponderante o aumento registado na rubrica *Transferências Correntes para as AP* (2,9%). No mesmo período, merecem destaque as reduções verificadas nas rubricas *Despesas com Pessoal* (0,5% em relação ao período homólogo anterior) e *Aquisição de Bens e Serviços* (31,7%, *idem*).

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2016	2017	2016	2017	2017			
	jan a dez		jan a dez		set	out	nov	dez
	10 ⁶ euros		grau de execução (%)		VHA (%)			
Receita Efetiva	44 229	45 585	97,7	99,6	4,1	3,8	3,5	3,1
Receita corrente	44 126	45 501	97,9	99,8	4,1	3,9	3,6	3,1
Impostos diretos	17 748	18 332	99,1	100,8	6,5	5,4	4,8	3,3
Impostos indiretos	22 496	23 849	97,6	102,6	5,7	5,9	6,0	6,0
Despesa Efetiva	50 361	50 407	97,7	96,2	-1,8	-1,8	-0,9	0,1
Despesa corrente primária	41 446	41 553	97,7	99,8	6,5	5,9	-0,9	0,3
Despesa corrente	48 826	48 677	98,2	97,0	-2,2	-2,3	-1,1	-0,3
Despesa com pessoal	9 371	9 324	103,0	104,8	-3,3	-3,0	0,1	-0,5
Aquisição bens e serviços	1 564	1 067	90,7	51,0	-37,8	-37,1	-35,7	-31,7
Subsídios	118	100	86,7	95,3	-39,1	-31,7	-27,7	-15,8
Juros	7 380	7 123	97,8	94,4	-1,8	-2,6	-4,5	-3,5
Transferências corr. p/ AP	27 377	28 168	99,9	100,7	-0,4	-0,3	1,3	2,9
Saldo Global	-6 132	-4 822	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	1 248	2 301	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

No final do mês de dezembro, a execução orçamental dos SFA (incluindo o SNS e as EPR) revelou, um saldo global negativo de 114 milhões de euros. Este saldo representa uma melhoria de 133 milhões de euros relativamente ao mês homólogo do ano anterior.

Para este resultado contribuiu um aumento da receita efetiva de 4,2%, superior ao aumento concomitante da despesa efetiva (3,7%).

O aumento da receita efetiva está associado ao aumento de 3,2% das receitas provenientes das transferências correntes das Administrações Públicas, que compensou a redução de 2,1% nas receitas registadas na rubrica *Contribuições para a SS, CGA e ADSE*. Quanto à despesa efetiva, a sua evolução foi dominada pelos aumentos de 7,6% e de 6,9% registados, respetivamente, nas despesas com a *Aquisição de Bens e Serviços* e nas *Despesas com o Pessoal*. O grau de execução da receita efetiva foi de 99,6%, ligeiramente inferior ao da despesa efetiva (99,7%).

As EPR contribuíram para o saldo global dos SFA com um défice de 1.109 milhões de euros. Este valor compara com o saldo negativo de 1.000 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução orçamental do SNS (ótica dos compromissos) registou, no final do mês de dezembro, um saldo global negativo de 231 milhões de euros, valor que compara com o défice de 301 milhões de euros apurado no período homólogo do ano anterior.

A receita efetiva do SNS registou um aumento de 4,1%, associado, fundamentalmente, a um crescimento de 4% verificado na rubrica *Outras receitas correntes*, onde se incluem as transferências do OE. Quanto à despesa efetiva mostra um crescimento de 3,2%, decorrente dos aumentos de 4,8% das *Despesas com o Pessoal* e de 2,5% dos gastos com a *Aquisição de Bens e Serviços*.

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

No período em análise, a execução orçamental da CGA traduziu-se num saldo global positivo de 73 milhões de euros, valor que compara com o excedente de 87 milhões de euros registado no período homólogo do ano anterior.

O total da receita efetiva da CGA apresenta uma estagnação que tem subjacentes a redução de 2,3% verificada na rubrica *Quotas e Contribuições* e o aumento de 1,4% da *Comparticipação do OE*. A despesa efetiva mostra, por seu lado, um aumento de 0,2%, decorrente do aumento de 0,1% do montante da rubrica *Pensões*.

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2016	2017			2016	2017		
	jan a dez				jan a dez			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita Efetiva	29 093	30 323	99,6	4,2	9 180	9 261	98,9	0,9
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	4 062	3 977	101,6	-2,1	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	17 144	17 701	97,2	3,2	888	961	97,2	8,2
Despesa Efetiva	29 340	30 437	99,7	3,7	10 180	10 370	98,6	1,9
Despesa com pessoal	6 465	6 913	98,3	6,9	3 637	3 838	100,1	5,5
Aquisição de bens e serviços	6 979	7 506	108,2	7,6	3 266	3 174	97,9	-2,8
Transferências correntes	11 465	11 400	100,9	-0,6	166	75	95,9	-54,6
Saldo Global	- 247	- 114	-	-	-1000	-1109	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2016		2017			2016		2017	
	jan a dez					jan a dez			
	10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	8 943	9 308	4,1	104,8	Receita Efetiva	9 790	9 794	0,0	99,2
Receita fiscal	108	115	6,3	88,1	Contribuições p/ a CGA	4 058	3 970	-2,2	101,6
Outra receita corrente	8 807	9 159	4,0	105,6	Quotas e contribuições	3 958	3 868	-2,3	101,6
Receita de capital	27	33	21,9	42,4	Transferências correntes do OE	4 926	4 993	1,4	98,9
Despesa Efetiva	9 244	9 538	3,2	104,5	Comparticipação do OE	4 663	4 729	1,4	98,8
Despesa com pessoal	3 655	3 830	4,8	103,7	Compensação por pagamento de pensões	263	264	0,7	103,4
Aquisição de bens e serviços	5 374	5 507	2,5	105,6	Despesa Efetiva	9 703	9 722	0,2	99,2
Despesa de capital	106	109	2,2	98,7	Pensões	9 524	9 529	0,1	99,2
Saldo Global	- 301	- 231	-	-	Saldo Global	87	73	:	:

Fuentes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

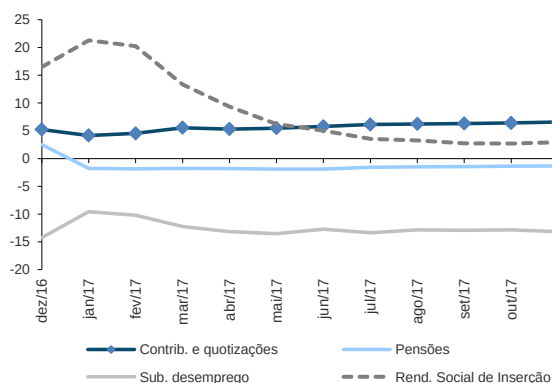
Segurança Social

No final do mês de dezembro, a execução orçamental do subsector da Segurança Social apresentou um saldo global positivo de 2.078 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 514 milhões de euros em relação ao mês homólogo do ano anterior.

Para esta evolução contribuiu o crescimento de 3,8% da receita efetiva, superior ao aumento concomitante de 1,9% registado na despesa efetiva.

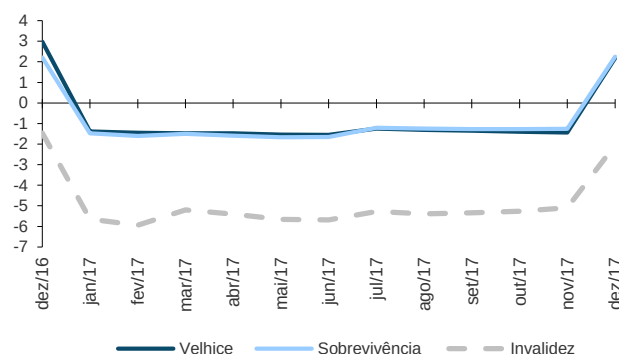
No crescimento da receita efetiva destaca-se o crescimento da receita com origem nas *Contribuições e quotizações* (6,3%). O aumento da despesa efetiva decorre dos aumentos verificados nas *Pensões* (2,3%) e nas *Prestações e Acção Social* (4,7%), superiores, no seu conjunto, à redução da despesa com o *Subsídio de Desemprego e Apoio ao Emprego* (13,1%).

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



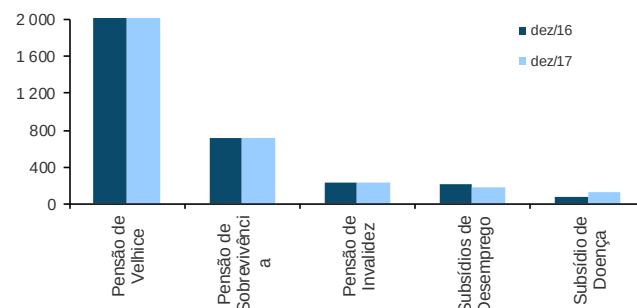
Fonte: DGO.

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2016	2017		
	jan a dez			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	25 712	26 685	3,8	99,4
Contribuições e quotizações	14 778	15 713	6,3	102,1
Transferências correntes da Administração Central *	8 967	8 951	-0,2	100,4
Despesa Efetiva	24 148	24 607	1,9	95,5
Pensões	15 645	16 011	2,3	99,1
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	479	474	-1,0	99,6
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	1 510	1 312	-13,1	89,4
Prestações e ação social	4 080	4 272	4,7	95,9
Saldo Global	1 564	2 078	-	-

Fonte: DGO.

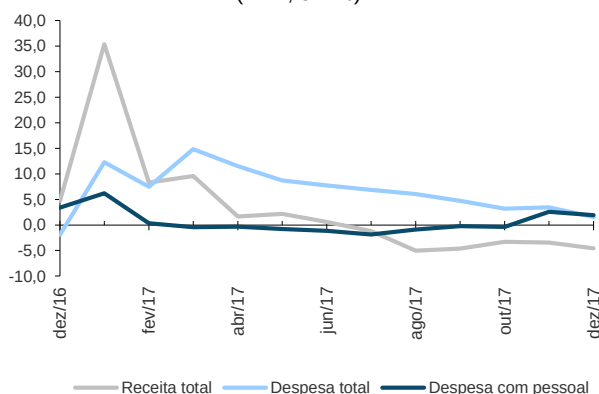
Administração Regional

A execução orçamental do subsector da Administração Regional registou, no fim do mês de dezembro, um saldo global negativo de 181 milhões de euros, valor que compara com o défice de 24 milhões de euros apurado no mês homólogo do ano anterior.

Este agravamento resulta da conjugação de uma redução de 4,6% na receita efetiva e um aumento de 1,5% na despesa efetiva. Na base do decréscimo da receita está a diminuição de 4,5% verificado nas *Receitas Fiscais*; o crescimento da despesa está associado ao aumento dos gastos com *Pessoal* (1,9%).

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional

(VHA, em %)



Fonte: DGO.

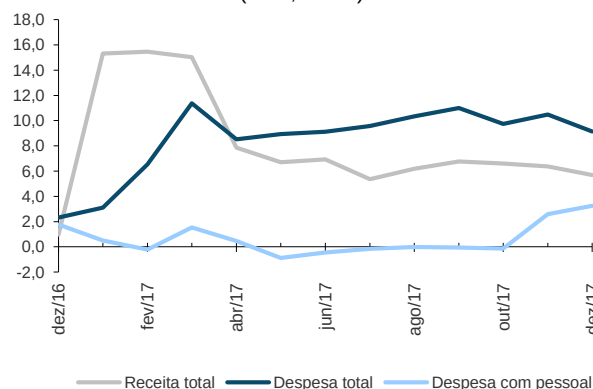
Administração Local

No final do mês de dezembro, a execução orçamental do subsector da Administração Local apresentou um saldo global positivo de 466 milhões de euros, inferior ao ao registado no período homólogo do ano anterior (658 milhões de euros).

Este resultado assenta no facto de a receita efetiva ter crescido 5,7%, um valor abaixo do crescimento concomitante da despesa efetiva (9,1%). A evolução da receita efetiva reflete, entretanto, o aumento de 8,7% registado nos *Impostos Locais* e o crescimento de 1,9% das receitas com origem em *Transferências Correntes*. Na despesa efetiva destaca-se o elevado crescimento das despesas com o *Investimento* (39,3%). As despesas com as rubricas *Transferências Correntes*, *Pessoal* e *Aquisição de Bens e Serviços* registaram, por seu lado, crescimentos de 6,3%, 3,2% e 1,7%, respetivamente.

Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Local

(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2016	2017		2016	2017	
	jan a dez			jan a dez		
	10 ⁶ euros	VHA (%)		10 ⁶ euros	VHA (%)	
Receita Efetiva	2 573	2 456	-4,6	7 318	7 735	5,7
Impostos	1 529	1 460	-4,5	2 780	3 021	8,7
Transferências correntes	512	488	-	2 547	2 596	1,9
Despesa Efetiva	2 597	2 637	1,5	6 660	7 269	9,1
Pessoal	1 022	1 042	1,9	2 252	2 325	3,2
Aquisição de bens e serviços	755	693	-8,2	2 171	2 209	1,7
Transferências correntes	213	200	-6,5	598	636	6,3
Investimento	172	166	-3,7	1 054	1 468	39,3
Saldo global	- 24	- 181	-	658	466	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

A um mês do encerramento do exercício orçamental de 2017, a dívida do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) reduziu-se em 2.437 milhões de euros (menos 1%) relativamente ao mês anterior, confirmando a tendência que se vem registando nos últimos meses. O subsector da Administração Central foi o principal responsável por esta redução (menos 2.249 milhões de euros, juntamente com o subsector da Administração Regional e Local (menos 30 milhões de euros). Com esta redução a dívida bruta do sector das Administrações Públicas fixou-se, em novembro, em 242.795 milhões de euros. Ainda assim, este valor encontra-se 0,8% acima do nível registado no final de 2016. A dívida do subsector da Administração Regional e Local encontra-se já 332 milhões de euros abaixo do valor registado no final do ano anterior.

No mesmo período, os depósitos detidos pela Administração Central situaram-se em 15.405 milhões de euros (redução de 1.520 milhões de euros), parecendo confirmar a tendência de aceleração dos pagamentos à medida que se aproxima o final do exercício orçamental. Consequentemente, a dívida pública líquida fixou-se em 227.390 milhões de euros, 917 milhões de euros abaixo do valor registado no mês anterior.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2016 dez	2017 out	2017 nov
Administrações Públicas	240 958	245 232	242 795
Por subsector:			
Administração Central	243 592	249 809	247 560
Administração Regional e Local	10 524	10 222	10 192
Segurança Social	1	1	1
Consolidação entre subsectores	13 160	14 800	14 958
por memória:			
Depósitos da Administração Central	17 180	16 925	15 405

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2016 Dez	2017 nov	2017 dez
Administrações Públicas	1 881	2 093	1 612
Por subsector:			
Administração Central	372	584	373
Administração Regional	409	347	256
Administração Local	1 101	1 163	982
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

A dívida não financeira do sector das Administrações Públicas reduziu-se, em dezembro, em 481 milhões de euros (menos 23%), situando-se 269 milhões de euros (menos 14,3%) abaixo do montante registado no final de 2017. O exercício orçamental encerra com uma dívida não financeira da ordem dos 1.612 milhões de euros (1.881 milhões de euros no final de 2016).

Todos os subsectores registaram uma redução da sua dívida não financeira.

O valor dos pagamentos em atraso no sector das Administrações Públicas registou em dezembro, relativamente ao mês anterior, uma redução de 20,6% (280 milhões de euros), essencialmente apoiada na redução de 266 milhões de euros (menos 24,1%) do valor dos pagamentos em atraso nos hospitais EPE.

Consequentemente, o sector das Administrações Públicas encerra o exercício orçamental de 2017 com um valor dos pagamentos em atraso de 1.074 milhões de euros, ainda assim superior em 223 milhões de euros (mais 26,3%) ao valor registado no final de 2016.

Os pagamentos em atraso dos hospitais EPE representavam, no final de 2017, mais de três quartos do total do total dos pagamentos em atraso do sector das Administrações Públicas.

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2016 Dez	2017 nov	2017 dez
Administrações Públicas	851	1 354	1 074
Por subsector:			
Administração Central (excl. saúde)	17	18	16
SNS	6	8	7
Hospitais EPE	544	1 103	837
Empresas Públicas Reclasseadas	13	14	12
Administração Regional	120	99	99
Administração Local	150	112	104
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	3	0	0
Empresas públicas não reclassificadas	3	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	854	1 354	1 075

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

O valor da dívida direta do Estado em dezembro é de 234.424 milhões de euros, representando globalmente uma redução de 206 milhões de euros relativamente ao mês anterior por força de um montante de amortizações ao longo do mês (5.194 milhões de euros) superior ao valor de novas emissões de dívida (5.048 milhões de euros).

A redução da dívida não transacionável (menos 473 milhões de euros) juntamente com a redução da dívida relacionada com o PAEF (menos 1.033 milhões de euros) terá mais do que compensado o aumento da (outra) dívida transacionável em 1.300 milhões de euros (uma vez que em dezembro não houve alteração no saldo vivo de Bilhetes do Tesouro e de Obrigações do Tesouro).

Não existem alterações assinaláveis na estrutura da dívida, mantendo-se o maior peso da dívida transacionável (cerca de 60,4%).

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	30/nov/17	dez/17	30/dez/17
	Saldo	Emissões	Saldo
Transacionável	140 373	2 463	1 135
da qual: Bilhetes do Tesouro	15 458	0	0
da qual: Obrigações do Tesouro	116 832	1 163	1 135
Não Transacionável	36 168	2 585	3 058
da qual: Cert. Aforro e do Tesouro	26 906	140	72
da qual: CEDIC e CEDIM	5 157	2 340	2 853
Prog. de Ajustamento Económico	58 089	0	1 001
Total	234 630	5 048	5 194

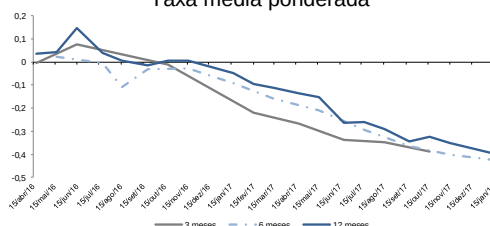
Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

Depois de em dezembro não ter sido realizada qualquer emissão de Bilhetes do Tesouro e de Obrigações do Tesouro, o Estado voltou ao mercado em janeiro de 2018 com dois leilões de Bilhetes do Tesouro com as seguintes características:

- No dia 17 colocou um montante de 506 milhões de euros (inclui 6 milhões de euros da fase não competitiva), com maturidade em julho de 2018 e uma taxa média ponderada de colocação de -0,460% (-0,400% na última colocação para o mesmo prazo);
- Na mesma data, colocou um montante de 1.266 milhões de euros (inclui 16 milhões de euros da fase competitiva), com maturidade em janeiro de 2019, e uma taxa média ponderada de colocação de -0,398% (-0,349% na última colocação para o mesmo prazo).
- Em janeiro de 2018 não foram feitos quaisquer leilões de Obrigações do Tesouro mas, em contrapartida, foi realizada uma emissão sindicada de Obrigações do Tesouro no montante de 4.000 milhões de euros, a um prazo de 10 anos (maturidade em outubro de 2028) e com uma taxa de juro (cupon) de 2,125%.

Figura 2.30. Emissões de BT
Taxa média ponderada



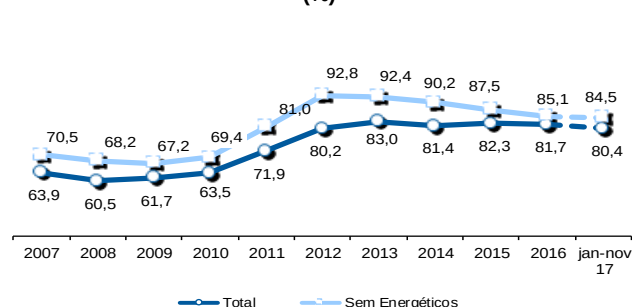
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros onze meses de 2017, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 11% e as importações 13,8% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) agravou-se 26,9%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 9,8% e as importações 11,5% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a novembro			VH	
	2016	2017	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	45.966	51.039	11,0	10,2	11,1
Importações (cif)	55.754	63.458	13,8	13,2	13,8
Saldo (fob-cif)	-9.788	-12.419	26,9	27,9	26,0
Cobertura (fob/cif)	82,4	80,4	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	43.204	47.446	9,8	10,4	9,7
Importações (cif)	50.354	56.131	11,5	11,4	11,4
Saldo (fob-cif)	-7.151	-8.685	21,4	18,1	20,9
Cobertura (fob/cif)	85,8	84,5	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a novembro			VH	
	2016	2017	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	11.257	13.162	16,9	5,9	16,6
Importações (cif)	12.244	15.134	23,6	20,8	24,0
Saldo (fob-cif)	-986	-1.973	100,0	-551,0	117,7
Cobertura (fob/cif)	91,9	87,0	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros onze meses de 2017, as exportações representaram 80,4% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 2 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, em termos homólogos. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 84,5% das importações (-1,3 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de novembro

	Valores em milhões de Euros		
janeiro a novembro	2016	2017	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	45 966	51 039	11,0
Importações (cif)	55 754	63 458	13,8
Saldo (fob-cif)	- 9 788	- 12 419	26,9
Cobertura (fob/cif)	82,4	80,4	-
Intra UE			
Exportações (fob)	34 709	37 877	9,1
Importações (cif)	43 510	48 324	11,1
Saldo (fob-cif)	- 8 801	- 10 447	18,7
Cobertura (fob/cif)	79,8	78,4	-
Extra UE			
Exportações (fob)	11 257	13 162	16,9
Importações (cif)	12 244	15 134	23,6
Saldo (fob-cif)	- 986	- 1 973	100,0
Cobertura (fob/cif)	91,9	87,0	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros onze meses de 2017, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE agravou-se 18,7% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 9,1% e as importações 11,1%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE duplicou (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2016	2017	TVH	2016	2017	TVH
jan	4 347	5 348	23,0	3 657	4 344	18,8
fev	4 709	5 177	10,0	4 009	4 356	8,7
mar	5 319	6 142	15,5	4 219	5 241	24,2
abr	4 891	5 415	10,7	4 116	4 122	0,2
mai	5 171	6 279	21,4	4 195	4 873	16,2
jun	5 409	5 792	7,1	4 459	4 751	6,5
jul	5 075	5 743	13,2	4 464	4 662	4,4
ago	4 674	5 271	12,8	3 463	3 944	13,9
set	5 393	5 843	8,3	4 392	4 642	5,7
out	5 255	6 365	21,1	4 332	4 886	12,8
nov	5 510	6 084	10,4	4 660	5 217	11,9
dez	5 489			4 056		
1º Trim	14 375	16 667	15,9	11 885	13 941	17,3
2º Trim	15 471	17 486	13,0	12 770	13 747	7,7
3º Trim	15 142	16 857	11,3	12 319	13 248	7,5
4º Trim	16 254			13 048		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº1/2018").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de novembro de 2017 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros onze meses de 2017, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 11%. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um crescimento de 9,8%.

Entre janeiro e novembro de 2017, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (1,8 p.p.), das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (1,7 p.p.), dos “Minérios e metais” e do “Material de transp. terrestre e suas partes” (ambos com 1,6 p.p.), dos “Agroalimentares” e dos “Químicos” (ambos com 1,1 p.p.). As “Máquinas e aparelhos e suas partes” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (15,5%). Seguem-se “Químicos” e os “Agroalimentares” (12,7% e 12,4%, respetivamente).

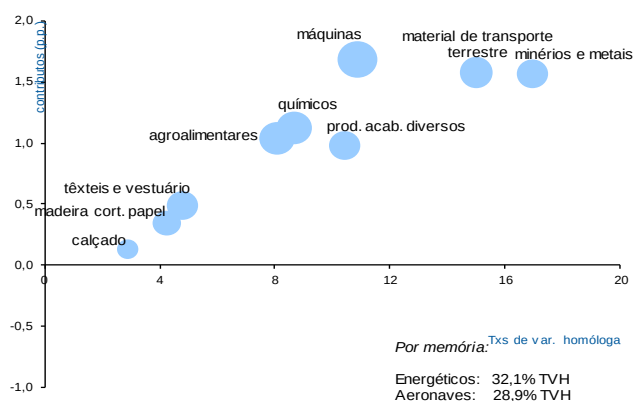
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em novembro de 2017.

Nesse período, todos os grupos de produtos registam um contributo positivo para o crescimento das exportações de mercadorias (11,1%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Energéticos” foram os que mais contribuíram para este comportamento (1,9 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (1,7 p.p.), dos “Minérios e metais” e do “Material de transp. terrestre e suas partes” (ambos com 1,6 p.p.).

De referir, ainda, o contributo dos “Químicos” (1,1 p.p.), “Agroalimentares” e “Produtos acabados diversos” (ambos com 1 p.p.) para o crescimento das exportações de mercadorias.

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2017
(Total: 11,1%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:
A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros jan-nov		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		jan-nov		últimos 12 meses ^[1]		jan-nov	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	45 966	51 039	100,0	100,0	100,0	100,0	11,1	11,1	11,0	11,0
Agro-alimentares	5 828	6 340	11,5	12,7	12,7	12,4	8,1	10	8,8	11
Energéticos	2 763	3 593	7,2	6,3	6,0	7,0	32,1	19	30,0	18
Químicos	5 984	6 491	12,5	13,0	13,0	12,7	8,7	1,1	8,5	1,1
Madeira, cortiça e papel	3 679	3 837	8,4	8,0	8,0	7,5	4,2	0,3	4,3	0,3
Têxteis, vestuário e seus acessórios	4 700	4 919	9,8	10,2	10,2	9,6	4,8	0,5	4,7	0,5
Calçado, peles e couros	2 082	2 144	4,1	4,5	4,5	4,2	2,9	0,1	3,0	0,1
Minérios e metais	4 231	4 956	11,2	9,2	9,2	9,7	16,9	16	17,1	16
Máquinas e aparelhos e suas partes	7 107	7 887	14,7	15,4	15,5	15,5	10,9	17	11,0	17
Material de transp. terrestre e suas partes	4 915	5 658	12,4	10,5	10,7	11,1	15,0	16	15,1	16
Aeronaves, embarcações e suas partes	356	414	0,5	0,9	0,8	0,8	28,9	0,2	16,3	0,1
Produtos acabados diversos	4 323	4 800	7,8	9,3	9,4	9,4	10,4	10	11,0	10
Por memória:										
Total sem energéticos	43 204	47 446	92,8	93,7	94,0	93,0	9,7	9,1	9,8	9,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2017.

[2] $(\text{dez } 16\text{-nov } 17) / (\text{dez } 15\text{-nov } 16) \times 100 - 100$.

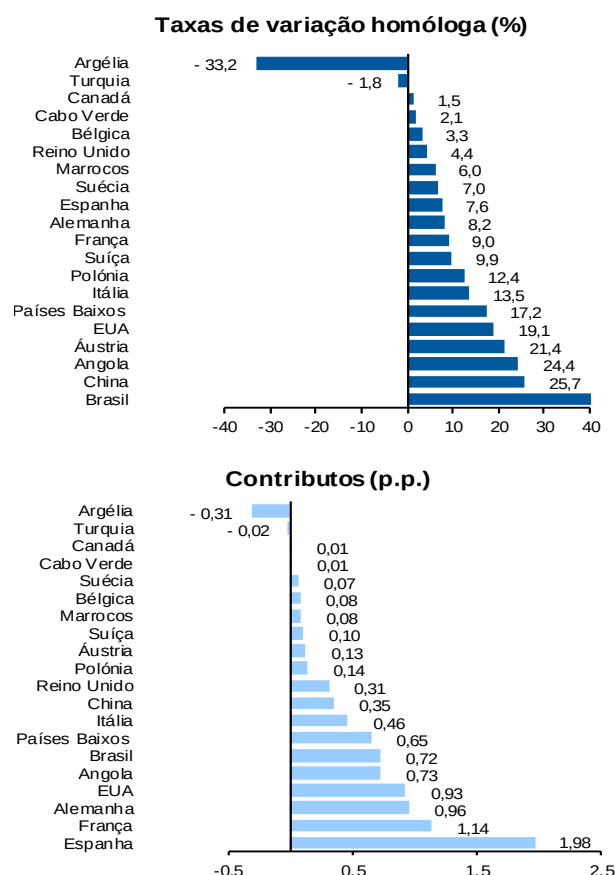
[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

Nos primeiros onze meses de 2017, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 9,1%. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram 8,9% e as destinadas aos Países do Alargamento 12,7%. As exportações para países terceiros registaram um crescimento de 16,9%, superior ao das exportações Intra UE (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para Espanha registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações (2 p.p.), seguidas das exportações para a França e a Alemanha (1,2 p.p. e 0,9 p.p. respetivamente).

No último ano a terminar em novembro de 2017, as exportações para os países Intra UE cresceram 9,3%, em termos homólogos, sendo esse crescimento de 9% para os países da UE-15. As exportações para Espanha (2 p.p.) e França (1,1 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se o crescimento das exportações para o Brasil (66,3%), a China (25,7%) e a Angola (24,4%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino à Argélia (-33,2%) e Turquia (-1,8%), ainda que com um impacto residual na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos
Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2017



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	jan-nov		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			anual		jan-nov		12 meses ^[1]		jan-nov	
			2016	2017	2016	2017	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	2016	2017								
TOTAL	45 966	51 039	100,0	100,0	100,0	100,0	11,1	11,1	11,0	11,0
Intra UE	34 709	37 877	74,5	75,1	75,5	74,2	9,3	7,0	9,1	6,9
dos quais:										
UE-15	32 920	35 861	71,3	71,2	71,6	70,3	9,0	6,4	8,9	6,4
Espanha	11959	12 873	24,9	25,9	26,0	25,2	7,6	2,0	7,6	2,0
França	5 851	6 394	12,2	12,6	12,7	12,5	9,0	1,1	9,3	1,2
Alemanha	5 439	5 859	11,7	11,7	11,8	11,5	8,2	1,0	7,7	0,9
Reino Unido	3 280	3 430	5,2	7,1	7,1	6,7	4,4	0,3	4,6	0,3
Países Baixos	1736	2 035	3,9	3,7	3,7	4,0	17,2	0,6	19,6	0,7
Itália	1579	1785	3,7	3,5	3,4	3,5	13,5	0,5	13,0	0,4
Bélgica	1132	1172	3,2	2,4	2,5	2,3	3,3	0,1	3,6	0,1
Suécia	437	463	1,0	0,9	1,0	0,9	7,0	0,1	6,0	0,1
Áustria	273	333	0,6	0,6	0,6	0,7	21,4	0,1	22,1	0,1
Alargamento	1 789	2 016	3,2	3,9	3,9	4,0	14,4	0,6	12,7	0,5
Polónia	525	586	0,9	1,2	1,1	1,1	12,4	0,1	11,5	0,1
Extra UE	11 257	13 162	25,5	24,9	24,5	25,8	16,6	4,1	16,9	4,1
dos quais:										
EUA	2 239	2 650	3,5	4,9	4,9	5,2	19,1	0,9	18,4	0,9
Angola	1333	1669	5,4	3,0	2,9	3,3	24,4	0,7	25,2	0,7
Marrocos	636	661	0,9	1,4	1,4	1,3	6,0	0,1	3,9	0,1
China	613	780	0,9	1,4	1,3	1,5	25,7	0,3	27,3	0,4
Brasil	496	859	1,4	1,1	1,1	1,7	66,3	0,7	73,2	0,8
Suíça	497	541	0,9	1,1	1,1	1,1	9,9	0,1	8,9	0,1
Argélia	420	270	0,8	0,9	0,9	0,5	-33,2	-0,3	-33,8	-0,3
Turquia	369	353	0,7	0,8	0,8	0,7	-1,8	0,0	-4,3	0,0
Canadá	263	272	0,5	0,6	0,6	0,5	1,5	0,0	3,3	0,0
Cabo Verde	243	248	0,6	0,5	0,5	0,5	2,1	0,0	2,0	0,0
Por memória:										
OPEP ^[4]	2 246	2 407	7,5	5,0	4,9	4,7	7,4	0,4	7,2	0,4
PALOP	1903	2 221	6,8	4,2	4,1	4,4	15,7	0,7	15,7	0,7
EFTA	678	725	1,1	1,5	1,5	1,4	7,8	0,1	7,0	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2016.

[1] Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2017.

[2] $(\text{dez } 16\text{-nov } 17) / (\text{dez } 15\text{-nov } 16) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a novembro de 2017, as importações de mercadorias registaram crescimento de 13,8% (Quadro 3.6).

Nesse período, todos os grupos de produtos registaram um contributo positivo para o crescimento das importações de mercadorias. Destaca-se o contributo das importações dos grupos de produtos “Energéticos” (3,5 p.p.), “Máquinas, aparelhos e suas partes” (2,7 p.p.), “Minérios e metais” (1,8 p.p.), “Material de transp. terrestre e suas partes” (1,6 p.p.), “Agroalimentares” (1,5 p.p.) e “Químicos” (1,4 p.p.).

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (76,2%).

Nos primeiros onze meses de 2017, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram 11,1%, em termos homólogo, com as provenientes dos países da UE-15 e dos Países do Alargamento a crescerem, em termos homólogos, 10,8% e 16,1%, respetivamente.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 23,6%, em termos homólogos. A China destaca-se como principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3% do total). Seguem-se a Rússia (2,4%) e o Brasil (1,8%).

Quadro 3.7. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			Anual		jan-nov		12 meses ⁽¹⁾		jan-nov	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH ⁽²⁾	contrib. p.p. ⁽³⁾	VH	contrib. p.p. ⁽³⁾
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	55 754	63 458	100,0	100,0	100,0	100,0	13,8	13,8	13,8	13,8
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	8 862	9 724	15,0	15,8	15,9	15,3	9,5	1,5	9,7	1,5
Energéticos	5 400	7 327	17,5	10,1	9,7	11,5	35,9	3,5	35,7	3,5
Químicos	9 452	10 249	15,9	16,7	17,0	16,2	7,8	1,3	8,4	1,4
Madeira, cortiça e papel	1932	2 024	3,5	3,4	3,5	3,2	4,9	0,2	4,8	0,2
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	3 655	3 873	5,9	6,5	6,6	6,1	5,0	0,3	6,0	0,4
Calçado, peles e couros	1477	1524	2,0	2,6	2,6	2,4	3,2	0,1	3,2	0,1
Minérios e metais	4 459	5 472	8,8	7,9	8,0	8,6	22,0	1,8	22,7	1,8
Máquinas e aparelhos e suas partes	9 327	10 811	15,4	16,9	16,7	17,0	16,2	2,7	15,9	2,7
Material de transp. terrestre e suas partes	6 941	7 843	10,1	12,4	12,4	12,4	13,6	1,7	13,0	1,6
Aeronaves, embarcações e suas partes	764	802	0,4	1,3	1,4	1,3	9,5	0,1	4,9	0,1
Produtos acabados diversos	3 485	3 808	5,3	6,2	6,3	6,0	9,2	0,6	9,3	0,6
Total sem energéticos	50 354	56 131	82,5	89,9	90,3	88,5	11,4	10,3	11,5	10,4
Mercados de origem										
Intra UE	43 510	48 324	78,6	74,8	78,0	76,2	10,9	8,5	11,1	8,6
dos quais:										
UE-15	41 516	46 009	76,2	71,8	74,5	72,5	10,6	7,9	10,8	8,1
Espanha	18 451	20 194	32,8	32,5	33,1	31,8	8,6	2,9	9,4	3,1
Alemanha	7 516	8 720	13,2	12,3	13,5	13,7	16,2	2,2	16,0	2,2
França	4 335	4 733	8,3	7,1	7,8	7,5	9,6	0,7	9,2	0,7
Itália	3 073	3 463	5,8	5,2	5,5	5,5	12,2	0,7	12,7	0,7
Países Baixos	2 848	3 393	5,3	5,2	5,1	5,3	18,5	0,9	19,1	1,0
Reino Unido	1 709	1 715	3,3	3,1	3,1	2,7	12	0,0	0,4	0,0
Bélgica	1 565	1 747	2,9	2,7	2,8	2,8	11,9	0,3	11,6	0,3
Polónia	664	790	0,6	0,9	1,2	1,2	19,6	0,2	18,9	0,2
Suécia	611	604	1,0	1,1	1,1	1,0	2,4	0,0	-1,2	0,0
Alargamento	1 994	2 315	2,4	3,0	3,6	3,6	17,4	0,6	16,1	0,6
Extra UE	12 244	15 134	21,4	25,2	22,0	23,8	24,0	5,3	23,6	5,2
dos quais:										
China	1658	1881	2,2	2,7	3,0	3,0	13,4	0,4	13,5	0,4
Rússia	947	1502	1,0	1,2	1,7	2,4	71,7	1,2	58,6	1,0
Brasil	1020	1171	1,7	1,5	1,8	1,8	15,0	0,3	14,8	0,3
EUA	781	901	1,7	1,6	1,4	1,4	15,2	0,2	15,3	0,2
Angola	807	219	0,3	2,7	1,4	0,3	-76,0	-1,2	-72,9	-1,1
Turquia	483	610	0,6	0,7	0,9	1,0	24,8	0,2	26,4	0,2
Índia	484	569	0,5	0,8	0,9	0,9	16,1	0,1	17,5	0,2
Arábia Saudita	363	549	0,8	1,3	0,7	0,9	68,6	0,4	51,1	0,3
Azerbaijão	391	630	0,0	0,8	0,7	1,0	65,5	0,5	61,0	0,4
Argélia	309	273	0,5	1,2	0,6	0,4	-7,0	0,0	-11,8	-0,1
Coreia do Sul	306	359	0,5	0,5	0,5	0,6	14,7	0,1	17,4	0,1
Cazaquistão	303	470	0,3	1,4	0,5	0,7	35,9	0,2	54,9	0,3
Japão	274	308	0,6	0,4	0,5	0,5	12,0	0,1	12,6	0,1
OPEP ⁽⁴⁾	1869	1675	5,8	6,8	3,4	2,6	-8,4	-0,3	-10,4	-0,3
EFTA	358	339	1,8	0,6	0,6	0,5	-5,1	0,0	-5,4	0,0
PALOP	850	272	0,4	2,8	1,5	0,4	-71,2	-1,1	-68,0	-1,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2016.

[1] Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2017.

[2] $(\text{dez } 16\text{-nov } 17) / (\text{dez } 15\text{-nov } 16) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

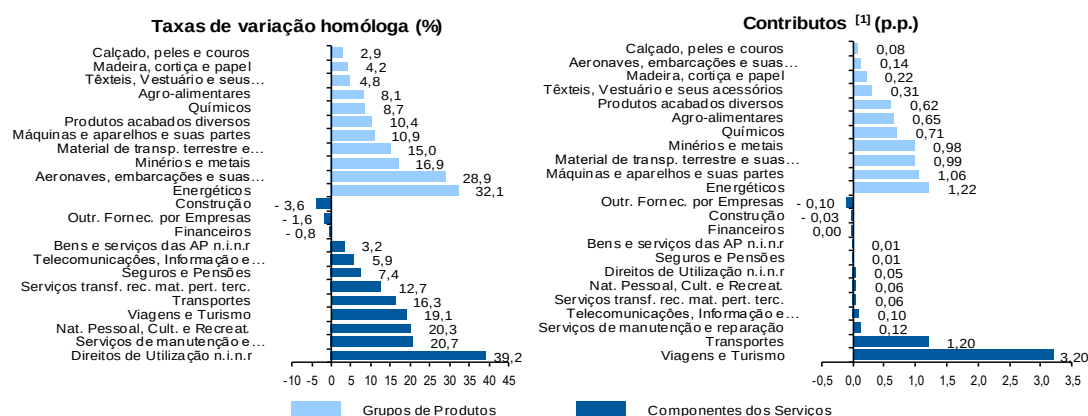
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de novembro de 2017, nos primeiros onze meses de 2017, as exportações de bens e serviços registaram um crescimento de 11,9%, em termos homólogos., com a componente dos Bens a contribuir mais que a dos serviços (7 p.p.) para o crescimento das exportações totais.

Nos primeiros onze meses de 2017, a componente dos serviços representou 35,5% do total das exportações" e contribuiu positivamente (4,9 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das importações, o peso desta componente foi de 17,8% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das importações totais (13,5%) em 2 p.p. (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.4 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de bens e de serviços no último ano a terminar em novembro de 2017, com base em dados do INE para as exportações de bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as exportações de serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das exportações de bens e serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos "Energéticos" (1,22 p.p.) e das "Máquinas e aparelhos e suas partes" (1,06 p.p.). Na componente dos serviços, continua a destacar-se o contributo das "Viagens e Turismo" (3,20 p.p.) e dos "Transportes" (1,20 p.p.).

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em novembro de 2018



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (117%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de Euros											
	jan-nov		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		jan-nov		média anual	12 meses ^[1]		jan-nov	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017		11-16	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	69 612	77 899	100,0	100,0	100,0	100,0	4,2	11,7	11,7	11,9	11,9
Bens	45 391	50 232	68,7	65,2	65,2	64,5	3,2	10,7	7,0	10,7	7,0
Serviços	24 222	27 667	31,3	34,8	34,8	35,5	6,5	13,4	4,7	14,2	4,9
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	346	384	0,5	0,5	0,5	0,5	3,7	12,7	0,1	11,2	0,1
Serv. de manutenção e reparação	400	494	0,6	0,6	0,6	0,6	2,8	20,7	0,1	23,5	0,1
Transportes	5 107	5 954	8,1	7,4	7,3	7,6	2,4	16,3	1,2	16,6	1,2
Viagens e Turismo	11 804	14 131	13,2	16,7	17,0	18,1	9,3	19,1	3,2	19,7	3,3
Construção	470	480	0,9	0,7	0,7	0,6	-2,2	-3,6	0,0	2,2	0,0
Seguros e Pensões	108	116	0,2	0,2	0,2	0,1	3,6	7,4	0,0	7,9	0,0
Financeiros	305	299	0,5	0,4	0,4	0,4	1,6	-0,8	0,0	-2,0	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r	88	124	0,1	0,2	0,1	0,2	14,2	39,2	0,0	41,7	0,1
Telecom., Informação e Informática	1206	1251	1,3	1,8	1,7	1,6	10,3	5,9	0,1	3,7	0,1
Outr. Fornec. por Empresas	4 075	4 064	5,2	6,0	5,9	5,2	7,4	-1,6	-0,1	-0,3	0,0
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	202	247	0,4	0,3	0,3	0,3	-1,5	20,3	0,1	22,5	0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r	112	122	0,3	0,2	0,2	0,2	-7,6	3,2	0,0	8,7	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	65 262	74 061	100,0	100,0	100,0	100,0	1,1	13,5	13,5	13,5	13,5
Bens	53 353	60 852	83,4	81,7	81,8	82,2	0,7	13,9	11,3	14,1	11,5
Serviços	11 909	13 209	16,6	18,3	18,2	17,8	3,1	11,5	2,1	10,9	2,0
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	24	36	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,2	-29,6	0,0	-31,8	0,0
Serv. de manutenção e reparação	292	384	0,3	0,4	0,4	0,5	8,0	25,9	0,1	31,3	0,1
Transportes	2 755	3 284	4,7	4,2	4,2	4,4	-0,9	19,6	0,8	19,2	0,8
Viagens e Turismo	3 525	3 949	4,4	5,4	5,4	5,3	5,3	12,3	0,7	12,0	0,6
Construção	100	87	0,2	0,2	0,2	0,1	-0,9	-13,8	0,0	-13,0	0,0
Seguros e Pensões	322	353	0,4	0,5	0,5	0,5	5,0	10,3	0,1	9,6	0,0
Financeiros	424	389	1,0	0,6	0,6	0,5	-7,2	-8,7	-0,1	-8,3	-0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r	639	679	0,6	1,0	1,0	0,9	11,5	15,1	0,1	6,3	0,1
Telecom., Informação e Informática	991	935	1,2	1,5	1,5	1,3	5,5	-3,1	0,0	-5,6	-0,1
Outr. Fornec. por Empresas	2 469	2 827	3,0	3,8	3,8	3,8	6,0	14,0	0,5	14,5	0,5
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	243	206	0,6	0,4	0,4	0,3	-9,6	-13,5	0,0	-15,2	-0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r	126	100	0,1	0,2	0,2	0,1	12,7	-22,7	0,0	-20,7	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até novembro de 2017.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuída a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

Comércio Portugal-Angola e Comércio Externo de Angola

Walter Anatole Marques¹

1. Nota introdutória

Neste trabalho é feita uma breve análise do comércio externo de mercadorias de Angola nos anos de 2015 e 2016, com base em dados estatísticos divulgados no "Anuário de Estatística de Comércio Externo-2016" editado pelo *Instituto Nacional de Estatística de Angola*.

Estes dados, que se encontram em moeda nacional angolana, o Kwanza (AKZ), foram convertidos a euros, tendo-se utilizado, no cálculo do câmbio médio anual AKZ/EUR nos anos em análise, tabelas de câmbio médio mensal publicadas pelo *Banco Nacional de Angola*.

Segue-se uma análise da evolução do comércio internacional de mercadorias de Portugal com Angola entre 2000 e 2016 e no período de janeiro a outubro de 2017.

2. Alguns dados sobre o comércio externo de Angola

A economia angolana debate-se com uma acentuada e prolongada descida do preço do petróleo no mercado internacional desde meados de 2014, produto que representa cerca de 1/3 do seu PIB e mais de 90% das exportações do país.

2.1. Balança Comercial

Balança Comercial de Angola
(2015-2016)

	milhões de Euros		TVH
	2015	2016	
Importação (Cif)	19 504	11 066	-43,3
Exportação (Fob)	30 255	26 258	-13,2
Saldo (Fob-Cif)	10 750	15 192	41,3
Cobertura (Fob/Cif)	155,1	237,3	-
<i>Por memória:</i>			
Reimportação	5 414	2 969	-45,2
Reexportação	6 674	2 977	-55,4

Fonte: A partir de dados de base do INE de Angola - "Anuário de Estatística de Comércio Externo -2016". Taxa de conversão AKZ/EUR aplicada:
2015 - 1 EUR=133,697 AKZ ; 2016 - 1 EUR=182,942 AKZ.

Em 2016, face ao ano anterior, as importações terão decrescido -43,3% e as exportações -13,2%, quando medidas em euros.

O saldo da balança comercial, fortemente positivo, terá aumentado +41,3%, com um elevado grau de cobertura das importações pelas exportações (237,3%).

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

2.2. Importações e exportações de mercadorias

Os Capítulos do Sistema Harmonizado de mercadorias (SH), coincidentes com os Capítulos da Nomenclatura Combinada em uso na União Europeia, foram aqui agregados em onze Grupos de Produtos (Ver conteúdo em quadro anexo).

Em 2016, face ao ano anterior, as **importações**, medidas em euros, decresceram -43,3%, apresentando quebras em todos os grupos de produtos.

As importações com maior peso no total incidiram nos grupos “*Produtos acabados diversos*” (25,2%), “*Máquinas, aparelhos e partes*” (24,7%), “*Agroalimentares*” (15,7%), “*Químicos*” (11,2%) e “*Minérios e metais*” (10,3%).

Importações em Angola por grupos de produtos Quota de Portugal (%) (2015 e 2016)

Grupos de produtos	Milhões de Euros		TVH	Estrutura (%)		Quota PT (%)	
	2015	2016		2015	2016	2015	2016
TOTAL	19 504	11 066	-43,3	100,0	100,0	11,3	14,2
Agro-alimentares	2 688	1 740	-35,3	13,8	15,7	21,0	26,0
Energéticos	1 246	666	-46,5	6,4	6,0	1,5	3,7
Químicos	1 685	1 235	-26,7	8,6	11,2	18,0	21,7
Madeira, cortiça e papel	303	177	-41,6	1,6	1,6	30,8	43,4
Têxteis e vestuário	346	186	-46,2	1,8	1,7	18,7	19,0
Calçado, peles e couros	132	81	-38,4	0,7	0,7	24,8	29,8
Minérios e metais	2 603	1 141	-56,2	13,3	10,3	9,1	9,8
Máquinas, aparelhos e partes	4 493	2 734	-39,2	23,0	24,7	12,2	13,8
Material transp. terrestre e partes	1 085	275	-74,7	5,6	2,5	5,7	11,2
Aeronaves, embarcações e partes	199	36	-81,7	1,0	0,3	3,3	13,7
Produtos acabados diversos	4 723	2 793	-40,9	24,2	25,2	5,7	6,0

Quota de mercado de Portugal no Total segundo o INE de Angola (AKZ) >>> 13,1 14,9

Fontes: A partir de dados de base do INE de Angola constantes do "Anuário de Estatística de Comércio Externo -2016". Os valores de Portugal para o cálculo das quotas correspondem a dados de exportação (Fob) de fonte INE de Portugal convertidos a (Cif) pelo factor (Cif/Fob) 0,9533.

A quota de Portugal nas importações angolanas, calculada a partir das exportações (Fob) de fonte INE de Portugal convertidas a (Cif), representou 11,3% do total em 2015 e 14,2% em 2016 (13,1% e 14,9% se calculadas em Kwanzas).

Ao nível de grupos de produtos, as maiores quotas em 2016 couberam aos grupos “*Madeira, cortiça e papel*” (43,4%), “*Calçado, peles e couros*” (29,8%), “*Agroalimentares*” (26%), “*Químicos*” (21,7%) e “*Têxteis e vestuário*” (19,0%).

Do quadro seguinte constam os grupos de produtos desagregados por conjuntos de capítulos (SH), todos eles com taxas de variação homóloga em valor negativas.

**Importações em Angola por grupos de produtos
desagregados por conjuntos de capítulos do SH
(2015 e 2016)**

	Milhões de Euros			TVH	Estrutura (%)	
	2015	2016	Diferença		2015	2016
TOTAL	19 504,4	11 065,7	-8 438,7 ↓	-43,3	100,0	100,0
Agro-alimentares	2 688,4	1 740,3	-948,1 ↓	-35,3	13,8	15,7
- Carnes	635,2	400,4	-234,8 ↓	-37,0	3,3	3,6
- Peixe, crustác. e moluscos	187,6	87,9	-99,6 ↓	-53,1	1,0	0,8
- Leite, lactín., ovos e mel	132,0	89,0	-43,0 ↓	-32,6	0,7	0,8
- Frutas	34,3	21,1	-13,2 ↓	-38,6	0,2	0,2
- Cereais	20,1	14,8	-5,3 ↓	-26,4	0,1	0,1
- Vinhos, bebidas alcoólicas	375,2	102,4	-272,8 ↓	-72,7	1,9	0,9
- Tabaco manufacturado	31,5	18,9	-12,6 ↓	-40,1	0,2	0,2
- Outros agro-alimentares	1 272,4	1 005,8	-266,7 ↓	-21,0	6,5	9,1
Energéticos	1 245,6	665,9	-579,7 ↓	-46,5	6,4	6,0
Químicos	1 684,9	1 234,8	-450,1 ↓	-26,7	8,6	11,2
- Orgânicos (benzeno, xileno, etc.)	75,2	43,5	-31,8 ↓	-42,2	0,4	0,4
- Farmacêuticos	229,2	207,9	-21,3 ↓	-9,3	1,2	1,9
- Plásticos e suas obras	420,0	283,2	-136,9 ↓	-32,6	2,2	2,6
- Borracha e suas obras	164,5	104,1	-60,4 ↓	-36,7	0,8	0,9
- Outros químicos	795,9	596,2	-199,8 ↓	-25,1	4,1	5,4
Madeira, cortiça e papel	303,0	176,9	-126,2 ↓	-41,6	1,6	1,6
- Madeira e suas obras	54,2	20,9	-33,3 ↓	-61,4	0,3	0,2
- Cortiça e suas obras	0,4	0,4	-0,1 ↓	-18,1	0,0	0,0
- Pasta de papel	5,4	4,8	-0,6 ↓	-10,4	0,0	0,0
- Papel e cartão	167,0	134,6	-32,4 ↓	-19,4	0,9	1,2
- Outros produtos	76,1	16,2	-59,9 ↓	-78,7	0,4	0,1
Têxteis e vestuário	346,2	186,2	-160,0 ↓	-46,2	1,8	1,7
- Têxteis e suas obras	208,9	108,2	-100,7 ↓	-48,2	1,1	1,0
- Vestuário e acessórios	137,3	78,0	-59,3 ↓	-43,2	0,7	0,7
Calçado, peles e couros	132,4	81,5	-50,9 ↓	-38,4	0,7	0,7
- Calçado	106,5	64,7	-41,8 ↓	-39,2	0,5	0,6
- Peles, couros e obras	25,8	16,7	-9,1 ↓	-35,2	0,1	0,2
Minérios e metais	2 603,4	1 141,2	-1 462,2 ↓	-56,2	13,3	10,3
- Minérios	143,1	86,2	-56,9 ↓	-39,8	0,7	0,8
- Metais	2 460,3	1 055,0	-1 405,3 ↓	-57,1	12,6	9,5
Máquinas, aparelhos e partes	4 493,3	2 734,1	-1 759,3 ↓	-39,2	23,0	24,7
- Máq. e aparelhos mecânicos	3 038,8	1 954,8	-1 084,0 ↓	-35,7	15,6	17,7
- Máq. e aparelhos eléctricos	1 454,5	779,2	-675,3 ↓	-46,4	7,5	7,0
Material transp. terrestre e partes	1 085,3	275,1	-810,2 ↓	-74,7	5,6	2,5
- Automóveis, tractores e ciclos	1 032,5	246,6	-785,9 ↓	-76,1	5,3	2,2
- Outro material transp. terr.	52,9	28,5	-24,3 ↓	-46,0	0,3	0,3
Aeronaves, embarcações e partes	199,2	36,4	-162,8 ↓	-81,7	1,0	0,3
- Aeronaves e partes	48,2	8,7	-39,5 ↓	-82,0	0,2	0,1
- Embarcações e estrut. flutuantes	151,0	27,7	-123,3 ↓	-81,6	0,8	0,3
Produtos acabados diversos	4 722,6	2 793,4	-1 929,2 ↓	-40,9	24,2	25,2
- Cerâmica e vidro	221,6	113,9	-107,6 ↓	-48,6	1,1	1,0
- Outros	4 501,1	2 679,5	-1 821,6 ↓	-40,5	23,1	24,2

Fontes: A partir de dados de base do INE de Angola constantes do "Anuário de Estatística de Comércio Externo -2016".

No mesmo período, as **exportações** decresceram -13,2% em valor em termos homólogos (-4 milhões de euros), descida assente nas exportações do grupo “**Energéticos**”, que pesou 93% no total em 2016 (94,1% em 2015), essencialmente constituídas por petróleo bruto. O segundo grupo de produtos com maior peso, 4,1% em 2016 e 3,4% em 2015, foi “**Minérios e metais**”, onde se encontram incluídas as pedras e metais preciosos e o ferro e suas obras.

**Exportações de Angola por grupos de produtos
Quota de Portugal (%)
(2015 e 2016)**

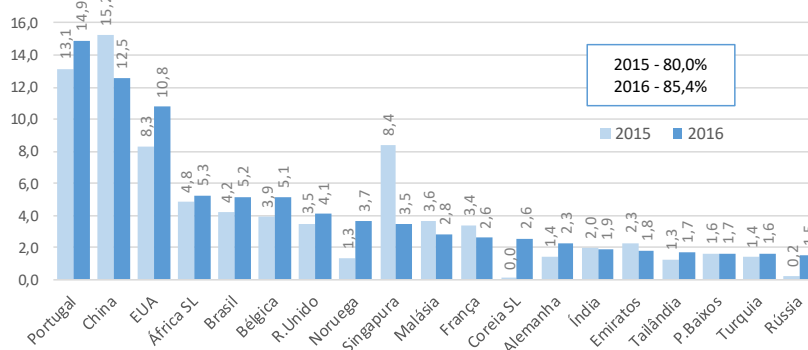
Grupos de produtos	Milhões de Euros		TVH	Estrutura (%)		Quota PT (%)	
	2015	2016		2015	2016	2015	2016
TOTAL	30 255	26 258	-13,2	100,0	100,0	3,6	2,9
Agro-alimentares	107	163	52,4	0,4	0,6	6,0	4,1
Energéticos	28 467	24 412	-14,2	94,1	93,0	3,8	3,1
Químicos	15	21	46,6	0,0	0,1	0,4	0,4
Madeira, cortiça e papel	16	60	285,1	0,1	0,2	4,9	4,1
Têxteis e vestuário	3	3	33,7	0,0	0,0	1,3	1,1
Calçado, peles e couros	1	5	530,1	0,0	0,0	0,0	0,1
Minérios e metais	1 036	1 077	4,0	3,4	4,1	0,0	0,2
Máquinas, aparelhos e partes	280	273	-2,5	0,9	1,0	1,1	3,9
Material transp. terrestre e partes	24	33	35,2	0,1	0,1	2,9	6,2
Aeronaves, embarcações e partes	225	104	-54,0	0,7	0,4	0,0	0,0
Produtos acabados diversos	81	105	29,5	0,3	0,4	2,9	0,8

Quota de mercado de Portugal no Total segundo o INE de Angola (AKZ) >>> 3,5 3,2

Fontes: A partir de dados de base do INE de Angola constantes do "Anuário de Estatística de Comércio Externo -2016". Os valores de Portugal para o cálculo das quotas correspondem a dados de importação (Cif) de fonte INE de Portugal convertidos a (Fob) pelo factor (Cif/Fob) 0,9533.

2.3. Principais mercados de origem e de destino

**Principais mercados de origem das importações em Angola
Peso no Total em 2015 e 2016 (%)**



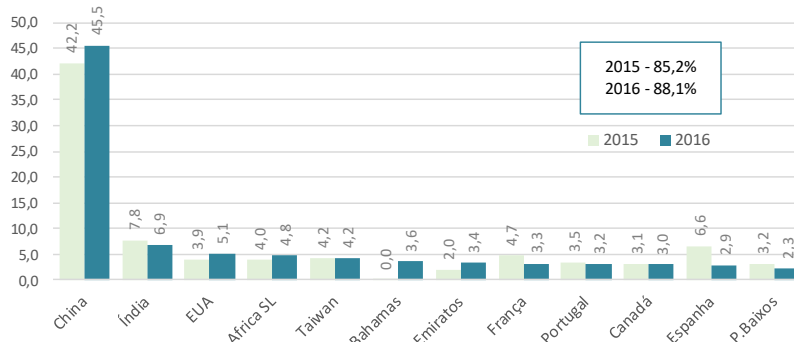
Fonte: A partir de dados de base do INE de Angola - "Anuário de Estatística de Comércio Externo -2016".

Em 2016 Portugal ocupou a primeira posição entre os fornecedores de mercadorias de Angola, com 14,9% do total das importações, ultrapassando a China (12,5%), que em 2015 fora o principal fornecedor.

Seguiram-se os EUA (10,8%), a África do Sul (5,3%), o Brasil (5,2%), a Bélgica (5,1%) e o Reino Unido (4,1%). Com menos de 4% do total, alinharam-se a Noruega, Singapura, a Malásia, a França, a Coreia do Sul, a Alemanha, a Índia, os Emiratos Árabes Unidos, a Tailândia, os Países Baixos, a Turquia e a Rússia.

Este conjunto de países representou 85,4% das importações totais.

**Principais mercados de destino das exportações de Angola
Peso no Total em 2015 e 2016 (%)**



Fonte: A partir de dados de base do INE de Angola - "Anuário de Estatística de Comércio Externo -2016".

As exportações angolanas em 2016, centradas no petróleo, tiveram por principal destino a China, com 45,5% do total, tendo Portugal ocupado a 9ª posição, com uma quota de 3,2%. Outros países de destino foram, por ordem decrescente do seu peso, a Índia, os EUA, a África do Sul, Taiwan, as Bahamas, os Emiratos Árabes, a França, o Canadá, a Espanha e os Países Baixos. No seu conjunto, estes países absorveram 85,2% das exportações.

3. Trocas comerciais de Portugal com Angola entre 2000 e 2016

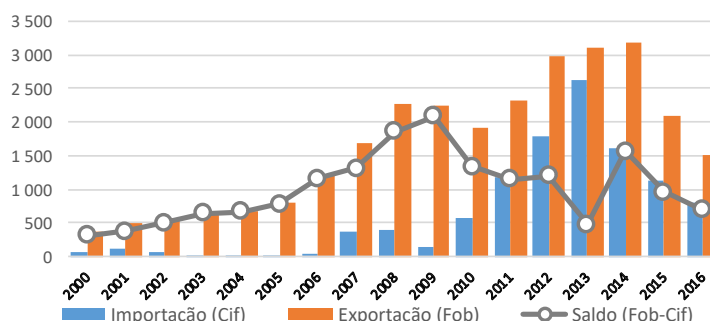
Para as trocas comerciais de Portugal com Angola vão agora ser utilizadas estatísticas do Instituto Nacional de Estatística de Portugal, com dados definitivos para os anos de 2000 a 2015 e provisórios para 2016.

3.1. Balança Comercial

A balança comercial de mercadorias de Portugal com Angola é francamente favorável a Portugal, com um elevado grau de cobertura das importações pelas exportações. O saldo cresceu sucessivamente de 2000 a 2009, ano em que atingiu 2,1 mil milhões de euros, para decrescer até 2013 (481 milhões de euros). Após uma subida significativa em 2014, voltou a cair, para se situar em 692 milhões de euros em 2016.

**Balança comercial de mercadorias de Portugal com Angola
(2000 a 2016)**

	milhões de Euros						Cobertura
	Importação		Exportação		Saldo		(%)
	(Cif)	TVH	(Fob)	TVH	(Fob)-(Cif)	TVH	(Fob)/(Cif)
2000	58	-	371	-	313	-	643,4
2001	127	120,3	504	35,7	377	20,2	396,4
2002	70	-45,0	570	13,1	500	32,7	814,4
2003	2	-96,6	652	14,4	649	30,0	27 116,3
2004	2	-23,8	671	3,0	669	3,1	36 661,8
2005	25	1 272,9	803	19,7	778	16,2	3 195,4
2006	53	109,9	1 210	50,7	1 157	48,8	2 294,2
2007	369	600,3	1 684	39,2	1 315	13,6	456,0
2008	408	10,5	2 261	34,3	1 853	40,9	554,2
2009	151	-63,0	2 242	-0,8	2 091	12,8	1 484,2
2010	563	272,9	1 906	-15,0	1 342	-35,8	338,2
2011	1 178	109,0	2 330	22,3	1 153	-14,1	197,9
2012	1 781	51,2	2 989	28,3	1 208	4,8	167,8
2013	2 632	47,8	3 113	4,2	481	-60,2	118,3
2014	1 606	-39,0	3 178	2,1	1 572	226,9	197,9
2015	1 142	-28,9	2 099	-33,9	957	-39,1	183,8
2016	810	-29,1	1 502	-28,5	692	-27,7	185,4

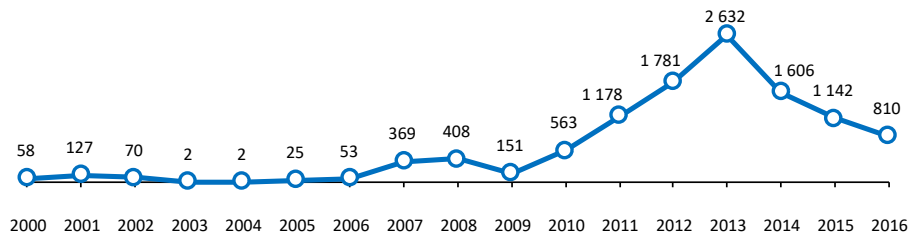


3.2. Importações

As importações, centradas no petróleo, pouco expressivas entre 2000 e 2006, aparte uma quebra pontual em 2009 cresceram sustentadamente em valor até 2013, quando atingiram 2,6 mil milhões de euros, para decaírem a partir de então, situando-se em 810 milhões de euros em 2016.

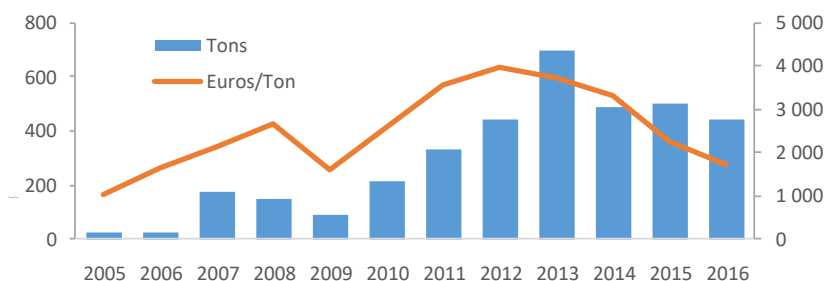
O acréscimo em valor das importações verificado entre 2009 e 2013 ficou a dever-se a um aumento da quantidade importada, em conjugação com um acréscimo do seu preço até 2012. Em 2014, face ao ano anterior, ocorreu uma descida significativa em volume, a que se sobrepôs um decréscimo do preço até 2016.

**Evolução das importações anuais portuguesas com origem em Angola
- 2000 a 2016 -
(milhões de Euros)**



Fonte: A partir de dados de base do INE de Portugal 2000 a 2015 definitivos; 2016 provisórios, com última actualização em 08-09-2017 (<http://www.ine.pt>).

**Importação de petróleo bruto de Angola
(2005 a 2016)**

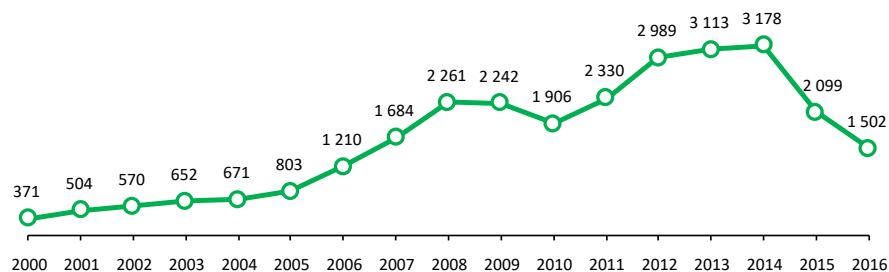


Fonte: A partir de dados de base do INE de Portugal 2005 a 2015 definitivos; 2016 provisórios, com última actualização em 08-09-2017 (<http://www.ine.pt>).

3.3. Exportações

As exportações cresceram sucessivamente entre 2000 e 2008, decaindo ligeiramente nos dois anos seguintes no decorrer do impacto da crise que abalou o mundo, para voltarem a crescer até 2014, ano em que atingiram 3,2 mil milhões de euros, decaindo depois significativamente até 2016.

**Evolução das exportações anuais portuguesas com destino a Angola
- 2000 a 2016 -
(milhões de Euros)**



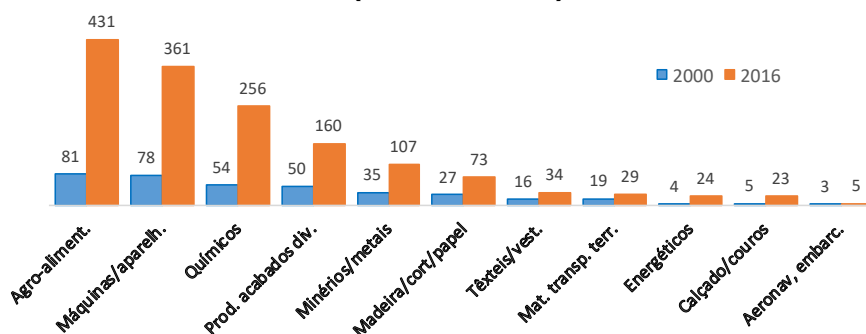
Fonte: A partir de dados de base do INE de Portugal 2000 a 2015 definitivos; 2016 provisórios, com última actualização em 08-09-2017 (<http://www.ine.pt>).

**Exportações portuguesas para Angola por grupos de produtos
(2000 a 2016)**

Grupos de Produtos	milhões de Euros					Taxas de variação média anual				
	2000	2004	2008	2012	2016	00-04	04-08	08-12	12-16	00-16
TOTAL	371	671	2 261	2 989	1 502	16,0	35,5	7,2	-15,8	9,1
Agro-alimentares	81	172	421	674	431	20,8	25,2	12,5	-10,6	11,1
Energéticos	4	5	20	35	24	4,5	45,4	14,2	-9,3	12,0
Químicos	54	71	209	351	256	7,3	30,9	13,9	-7,6	10,3
Madeira, cortiça e papel	27	32	94	123	73	4,0	31,5	6,8	-12,1	6,4
Têxteis e vestuário	16	21	69	82	34	7,4	34,4	4,6	-20,0	4,8
Calçado, peles e couros	5	6	20	21	23	2,3	35,5	1,4	2,0	9,4
Minérios e metais	35	62	308	461	107	15,7	49,0	10,6	-30,6	7,2
Máquinas e aparelhos	78	165	661	740	361	20,6	41,5	2,9	-16,4	10,0
Material transp. terrestre	19	48	211	134	29	26,7	44,6	-10,8	-31,6	2,8
Aeronaves, embarcações	3	6	10	13	5	20,7	13,4	7,7	-22,2	3,5
Prod. acabados diversos	50	84	238	355	160	13,5	29,8	10,5	-18,1	7,5

Fonte: A partir de dados de base do INE de Portugal 2000 a 2015 definitivos; 2016 provisórios, com última actualização em 08-09-2017 (<http://www.ine.pt>).

**Níveis por grupos de produtos em 2000 e 2016
(milhões de Euros)**

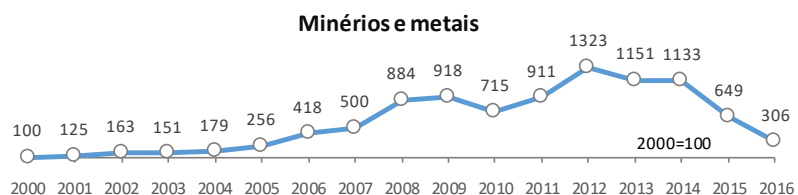
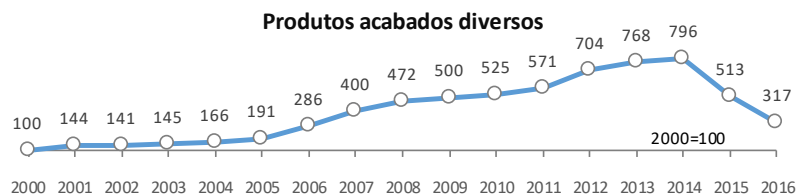
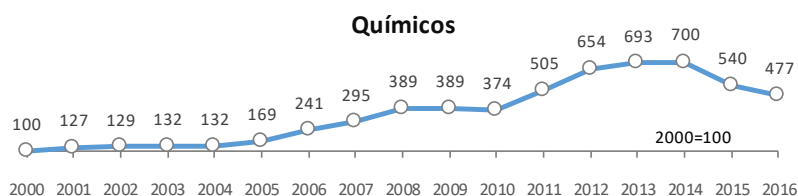
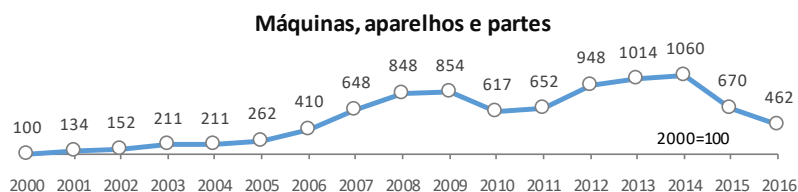
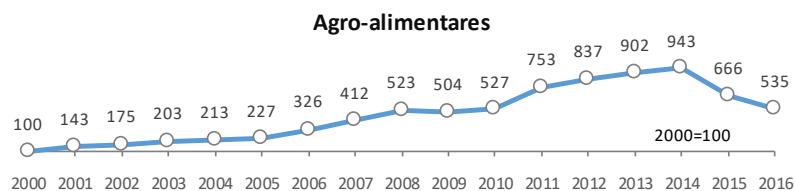
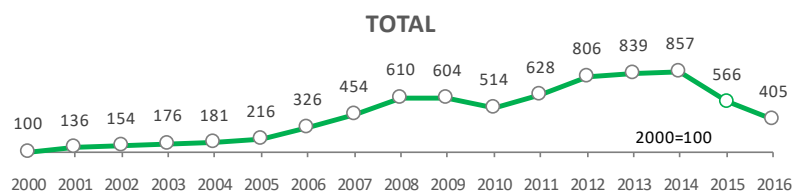


Fonte: A partir de dados de base do INE de Portugal 2000 definitivos; 2016 provisórios, com última actualização em 08-09-2017 (<http://www.ine.pt>).

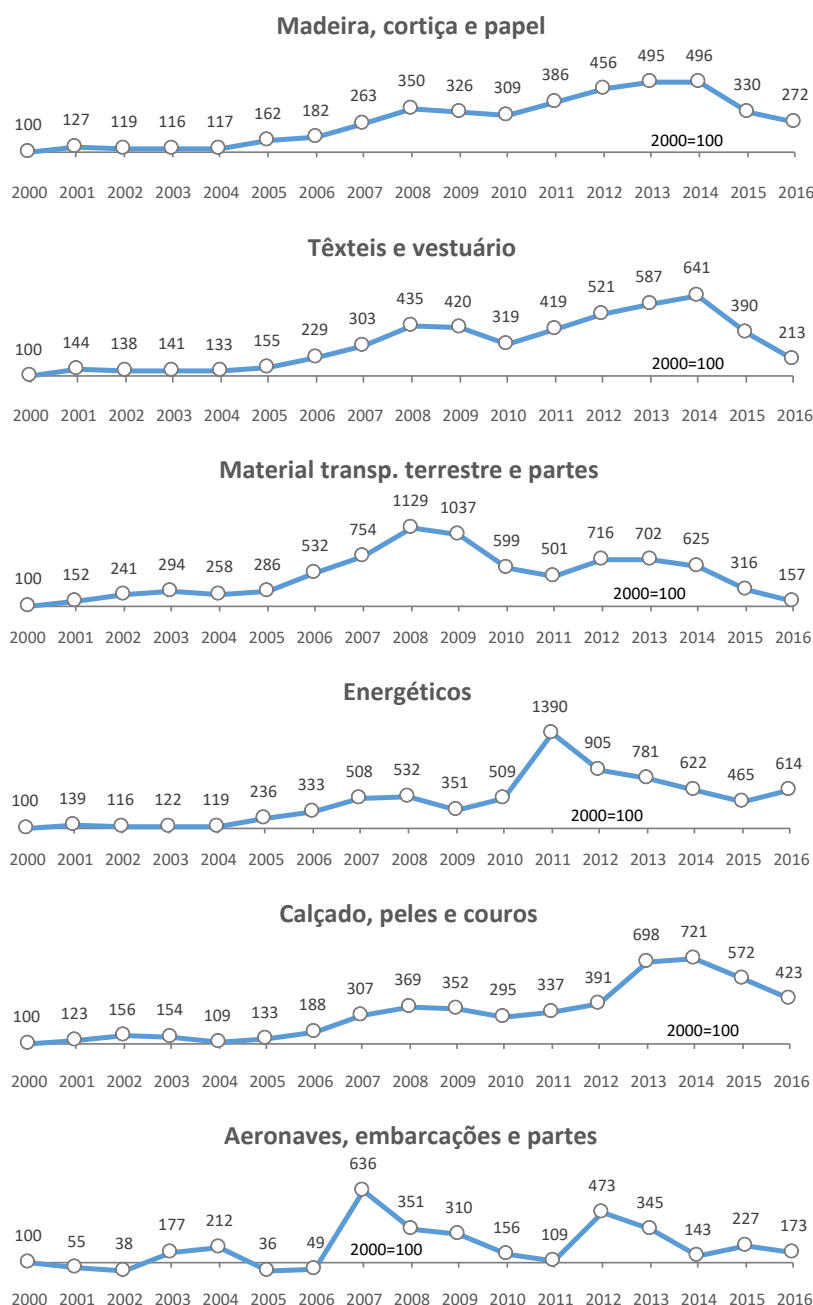
Nas figuras seguintes pode observar-se o ritmo de variação nominal anual das exportações em cada um dos grupos de produtos considerados, encontrando-se patente na generalidade dos grupos, o seu contributo para a quebra no crescimento global nos anos de 2009 e 2010, e a descida verificada nos dois últimos anos.

O único grupo em que se registou um crescimento em valor em 2016 foi o dos produtos “Energéticos”, constituídos principalmente por óleos para motores, mas também por líquidos para transmissões hidráulicas, óleos para engrenagens e “Jet-fuel”.

**Ritmo de variação nominal anual das exportações portuguesas
para Angola por grupos de produtos
2000 a 2016 (2000=100)**



(continua)



Fonte: A partir de dados de base do INE de Portugal 2000 a 2015 definitivos; 2016 provisórios, com última actualização em 08-09-2017 (<http://www.ine.pt>).

4. Trocas comerciais de Portugal com Angola no período janeiro-outubro 2016-2017

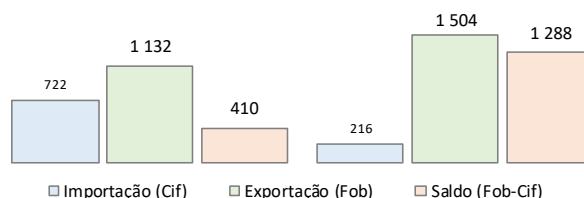
Os dados de base do Instituto Nacional de Estatística de Portugal utilizados na análise da evolução do comércio externo com Angola nos primeiros dez meses de 2017, face ao mesmo período do ano anterior, correspondem a uma versão provisória, para 2016, e preliminar para 2017.

4.1. Balança Comercial

O saldo da Balança comercial de Portugal com Angola nos primeiros dez meses de 2017 registou um forte crescimento (+102,9%), na sequência de uma acentuada quebra das importações (-70,1%), a par de um crescimento das exportações (+32,8%), tendo o grau de cobertura das importações pelas exportações subido de 156,7%, em 2016, para 696,5%, em 2017.

**Balança Comercial de Portugal com Angola
(Janeiro a Outubro de 2016 e 2017)**

	milhões de Euros		TVH
	2016	2017	
Importação (Cif)	722	216	-70,1
Exportação (Fob)	1 132	1 504	32,8
Saldo (Fob-Cif)	410	1 288	102,9
Cobertura (Fob/Cif) (%)	156,7	696,5	-



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE; 2016-provisórios, 2017-preliminares, com última actualização em 11-12-2017 (<http://www.ine.pt>).

4.2. Importações

As importações assentam, em sua grande parte, no grupo dos produtos “*Energéticos*”, que representou 97,1% do total no período em análise de 2016 e 90,8% em 2017. Registaram uma acentuada descida em valor em 2017 (-72,1%), que se ficou a dever essencialmente a uma redução da quantidade de petróleo bruto importada (-78,4%), apesar de um aumento do preço de importação (+31,0%), e também ao facto de não ter sido importado em 2017 propano liquefeito, que em 2016 atingira um valor de 10,9 milhões de euros.

**Importações de mercadorias com origem em Angola
por Grupos de Produtos
(Janeiro a Outubro de 2016-2017)**

Grupos de produtos	Janeiro-Outubro		TVH	Estrutura (%)	
	2016	2017		2016	2017
TOTAL	722 295	215 870	-70,1 ↓	100,0	100,0
A - Agro-alimentares	5 398	6 798	25,9	0,7	3,1
B - Energéticos	701 609	195 968	-72,1	97,1	90,8
C - Químicos	77	201	160,9	0,0	0,1
D - Madeira, cortiça e papel	1 857	4 046	117,9	0,3	1,9
E - Têxteis e vestuário	34	37	7,3	0,0	0,0
F - Calçado, peles e couros	0	7	2852,4	0,0	0,0
G - Minérios e metais	1 502	1 300	-13,4	0,2	0,6
H - Máq., aparelhos e partes	9 251	6 139	-33,6	1,3	2,8
I - Mat. transp. terr. e partes	1 908	702	-63,2	0,3	0,3
J - Aeronaves, embarc. e partes	6	61	908,4	0,0	0,0
K - Produtos acabados diversos	653	611	-6,3	0,1	0,3

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE; 2016-provisórios, 2017-preliminares, com última actualização em 11-12-2017 (<http://www.ine.pt>).

A grande distância, seguiram-se os grupos “*Agroalimentares*” (3,1% do total em 2017), constituído principalmente por alimentos preparados para animais, peixe e café, “*Máquinas, aparelhos e partes*” (2,8%), com destaque para as máquinas e aparelhos para obras públicas, “*Madeira, cortiça e papel*” (1,9%), principalmente madeira serrada e em bruto, e “*Minérios e metais*” (0,6%), como ferro, alumínio, e suas obras.

4.3. Exportações

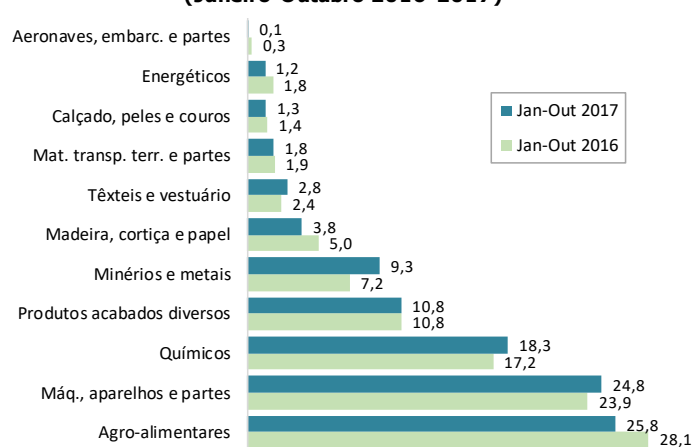
Nas exportações destacam-se os grupos “*Agroalimentares*” (25,8% em 2017), “*Máquinas, aparelhos e partes*” (24,8%), “*Químicos*” (18,3%), “*Produtos acabados diversos*” (10,8%) e “*Minérios e metais*” (9,3%), que representaram no seu conjunto 87,2% do total em 2016 e 89% em 2017.

- No âmbito do grupo “**Agroalimentares**” sobressaíram as exportações de vinhos e bebidas alcoólicas, de leite e lacticínios, de carnes, de crustáceos e algum peixe congelado, entre outros, como

gorduras e óleos, enchidos, conservas de carne e de peixe, crustáceos e moluscos, preparações à base de cereais, e preparações de produtos hortícolas e frutas.

- O grupo **“Máquinas, aparelhos e partes”** inclui máquinas e aparelhos mecânicos e elétricos, muito diversificados, em partes praticamente iguais, com destaque para os quadros elétricos, aparelhos telefónicos, máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades, fios e cabos elétricos, refrigeradores e congeladores, grupos eletrogéneos e conversores rotativos, transformadores elétricos, aparelhos para interrupção, seccionamento e proteção de circuitos elétricos, máquinas e aparelhos de elevação e para obras públicas, centrifugadores e aparelhos para filtrar ou depurar líquidos e gases, aparelhos de ar condicionado, bombas para líquidos, máquinas de lavar louça, limpar, secar, encher, fechar, rolar garrafas, para empacotar mercadorias e para gaseificar bebidas, monitores, projetores e televisores, torneiras e válvulas, motores e geradores (exceto grupos eletrogéneos), conjunto de máquinas e aparelhos que representaram mais de 60% das exportações deste grupo de produtos em ambos os períodos.

Peso dos Grupos de Produtos no Total das exportações (%)
(Janeiro-Outubro 2016-2017)



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE; 2016-provisórios, 2017-preliminares, com última actualização em 11-12-2017 (<http://www.ine.pt>).

- No grupo **“Químicos”** destacam-se os plásticos e suas obras, os produtos farmacêuticos, a borracha e suas obras, os sabões e preparações para lavagem, os produtos de perfumaria e de cosmética, os extratos tanantes, tintas e vernizes, e os adubos.
- No grupo **“Produtos acabados diversos”** encontram-se incluídos produtos muito diversificados, principalmente móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, almofadas, candeeiros e outros aparelhos de iluminação, anúncios, tabuletas e placas indicadoras, luminosos, construções pré-fabricadas, Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, de medida, de controlo ou de precisão, instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos, produtos cerâmicos, vidro e suas obras, obras de pedra e matérias semelhantes, artigos de relojoaria, brinquedos e jogos.
- No grupo **“Minérios e metais”** assumem maior relevância os metais, e dentre estes o ferro fundido, ferro ou aço e suas obras, o alumínio e suas obras, as ferramentas, artefactos de cutelaria, talheres e outras obras em metais comuns.

No quadro seguinte pode observar-se os grupos de produtos desagregados por Capítulos e conjuntos de Capítulos da Nomenclatura Combinada (NC-2/SH-2), cujo conteúdo se encontra definido em tabela anexa.

**Exportações portuguesas com destino a Angola
por grupos de produtos desagregados em
conjuntos de Capítulos da NC/SH
(Janeiro a Outubro de 2016 e 2017)**

milhares de Euros

	Janeiro-Outubro		TVH	Estrutura (%)	
	2016	2017		2016	2017
TOTAL	1 132 164	1 503 518	32,8 ↗	100,0	100,0
Agro-alimentares	318 349	387 662	21,8 ↗	28,1	25,8
- Carnes	21 523	26 238	21,9	1,9	1,7
- Peixe, crustác. e moluscos	13 418	11 435	-14,8	1,2	0,8
- Leite, lacticín., ovos e mel	41 567	46 070	10,8	3,7	3,1
- Frutas	3 019	5 190	71,9	0,3	0,3
- Cereais	3 759	2 371	-36,9	0,3	0,2
- Vinhos, bebidas alcoólicas	29 862	46 078	54,3	2,6	3,1
- Tabaco manufacturado	167	742	344,3	0,0	0,0
- Outros agro-alimentares	205 034	249 538	21,7	18,1	16,6
Energéticos	20 156	18 332	-9,1 ↘	1,8	1,2
Químicos	195 078	274 748	40,8 ↗	17,2	18,3
- Orgânicos (benzeno, xileno, etc.)	2 593	3 882	49,7	0,2	0,3
- Farmacêuticos	48 417	71 653	48,0	4,3	4,8
- Plásticos e suas obras	57 103	83 341	45,9	5,0	5,5
- Borracha e suas obras	7 228	11 264	55,8	0,6	0,7
- Outros químicos	79 737	104 608	31,2	7,0	7,0
Madeira, cortiça e papel	56 188	57 675	2,6 ↗	5,0	3,8
- Madeira e suas obras	8 641	11 383	31,7	0,8	0,8
- Cortiça e suas obras	202	133	-34,0	0,0	0,0
- Pasta de papel	1	5	497,0	0,0	0,0
- Papel e cartão	42 745	40 926	-4,3	3,8	2,7
- Outros produtos	4 599	5 227	13,7	0,4	0,3
Têxteis e vestuário	26 829	41 866	56,0 ↗	2,4	2,8
- Têxteis e suas obras	12 159	19 486	60,3	1,1	1,3
- Vestuário e acessórios	14 669	22 380	52,6	1,3	1,5
Calçado, peles e couros	16 201	19 587	20,9 ↗	1,4	1,3
- Calçado	12 146	15 238	25,5	1,1	1,0
- Peles, couros e obras	4 055	4 350	7,3	0,4	0,3
Minérios e metais	81 164	139 216	71,5 ↗	7,2	9,3
- Minérios	2 981	7 293	144,6	0,3	0,5
- Metais	78 182	131 922	68,7	6,9	8,8
Máquinas, aparelhos e partes	270 384	373 384	38,1 ↗	23,9	24,8
- Máq. e aparelhos mecânicos	131 133	182 817	39,4	11,6	12,2
- Máq. e aparelhos eléctricos	139 251	190 567	36,9	12,3	12,7
Material transp. terrestre e partes	21 717	27 727	27,7 ↗	1,9	1,8
- Automóveis, tractores e ciclos	20 799	26 559	27,7	1,8	1,8
- Outro material transp. terr.	918	1 168	27,3	0,1	0,1
Aeronaves, embarcações e partes	3 672	992	-73,0 ↘	0,3	0,1
- Aeronaves e partes	158	39	-75,1	0,0	0,0
- Embarcações e estrut. flutuantes	3 515	952	-72,9	0,3	0,1
Produtos acabados diversos	122 425	162 329	32,6 ↗	10,8	10,8
- Cerâmica e vidro	36 553	39 018	6,7	3,2	2,6
- Outros	85 872	123 311	43,6	7,6	8,2

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE; 2016-provisórios, 2017-preliminares, com última actualização em 11-12-2017 (<http://www.ine.pt>).

ANEXO

	NC-2/SH-2
Agro-alimentares	01 a 24
- Carnes	02
- Peixe, crustác. e moluscos	03
- Leite, lacticín., ovos e mel	04
- Frutas	08
- Cereais	10
- Vinhos, bebidas alcoólicas	22
- Tabaco manufacturado	24
- Outros agro-alimentares	01; 05 a 07; 09; 11 a 21; 23
Energéticos	27
Químicos	28 a 40
- Orgânicos (benzeno, xileno, etc.)	29
- Farmacêuticos	30
- Plásticos e suas obras	39
- Borracha e suas obras	40
- Outros químicos	28; 31 a 38
Madeira, cortiça e papel	44 a 49
- Madeira e suas obras	44
- Cortiça e suas obras	45
- Pasta de papel	47
- Papel e cartão	48
- Outros produtos	46; 49

**Definição dos Grupos de Produtos
e agregados de Capítulos da NC/SH**

Têxteis e vestuário	50 a 63; 65 a 67
- Têxteis e suas obras	50 a 60; 63
- Vestuário e acessórios	61; 62; 65 a 67
Calçado, peles e couros	41 a 43; 64
- Calçado	64
- Peles, couros e obras	41 a 43
Minérios e metais	25; 26; 71 a 83
- Minérios	25; 26
- Metais	71 a 83
Máquinas, aparelhos e partes	84; 85
- Máq. e aparelhos mecânicos	84
- Máq. e aparelhos eléctricos	85
Material transp. terrestre e partes	86; 87
- Automóveis, tractores e ciclos	87
- Outro material transp. terr.	86
Aeronaves, embarcações e partes	88; 89
- Aeronaves e partes	88
- Embarcações e estrut. flutuantes	89
Produtos acabados diversos	68 a 70; 90 a 99
- Cerâmica e vidro	68 a 70
- Outros	90 a 99

Comércio Externo de São Tomé e Príncipe - Comércio com Portugal (2012-2016 e janeiro-novembro 2016-2017)

Walter Anatole Marques¹

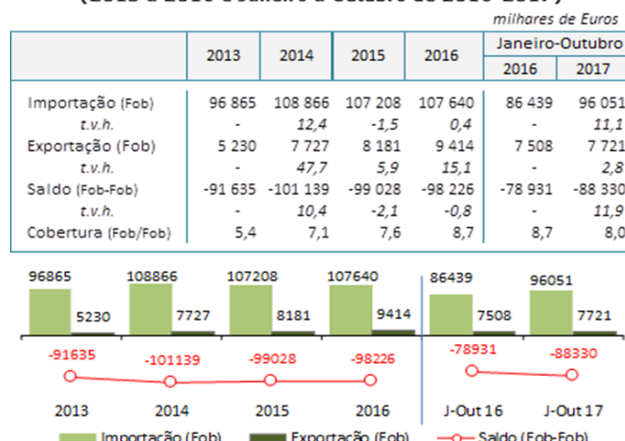
1. Nota introdutória

Neste trabalho é feita uma breve análise do comércio externo de mercadorias de São Tomé e Príncipe nos anos de 2013 a 2016 e período de janeiro a outubro de 2016 e 2017, com base em dados estatísticos divulgados pelo Banco Central do País, reproduzindo dados do Instituto Nacional de Estatística local. Estes dados, que se encontram expressos em dólares (US\$) foram, para cada um dos períodos considerados, convertidos a euros à taxa média de câmbio em uso na União Europeia.

Segue-se uma análise da evolução do comércio internacional de Portugal com este país entre 2012 e 2016 e no período de janeiro a novembro de 2016 e 2017.

2. Alguns dados sobre o comércio externo de São Tomé e Príncipe

**Balança comercial de mercadorias de São Tomé e Príncipe
(2013 a 2016 e Janeiro a Outubro de 2016-2017)**



2.1. Balança Comercial

A balança comercial de São Tomé e Príncipe é deficitária, com um baixíssimo grau de cobertura (Fob/Fob) das importações pelas exportações.

Em 2016, as importações praticamente que estabilizaram face ao ano anterior (+0,4%), com as exportações a crescerem +15,1%. Nos primeiros dez meses de 2017 as importações aumentaram +11,1% e as exportações +2,8%, com o défice a crescer +11,9%.

2.2. Exportações e importações de mercadorias

Não foi possível reunir informação, com fonte em São Tomé e Príncipe, sobre as importações e exportações de mercadorias desagregadas por posições da nomenclatura do Sistema Harmonizado. Estatísticas disponíveis noutras fontes, como por exemplo o *International Trade Centre (ITC)*, divergem consideravelmente das estatísticas nacionais, pelo que são estas últimas as aqui utilizadas.

Também as estatísticas portuguesas (INE-PT) relativas ao nosso comércio com São Tomé e Príncipe divergem das do Banco Central, em particular as referentes às nossas exportações com este destino.

As principais **exportações** de São Tomé e Príncipe assentam em produtos agrícolas, essencialmente cacau, mas também coco, chocolate, pimenta e algum café.

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

**Principais exportações de São Tomé e Príncipe
(2013 a 2016 e Janeiro a Outubro de 2016-2017)**

milhares de Euros

	2013	2014	2015	2016	Janeiro-Outubro	
					2016	2017
Total	5 230	7 727	8 181	9 414	7 508	7 721
Produtos agrícolas	4 414	7 227	7 524	8 283	7 084	6 529
Cacau	4 078	6 885	7 116	7 804	6 678	6 167
Coco	106	118	122	162	120	142
Chocolate	172	194	177	160	130	138
Pimenta	25	1	90	153	152	53
Café	28	29	18	4	4	29
Óleo de Coco	6	0	0	1	1	0
Outros produtos	816	500	656	1 131	423	1 192

Fonte: a partir de dados de base do Banco Central de S.Tomé e Príncipe.

Por memória:

Re-exportação	4 473	5 235	2 010	2 916	2 354	3 942
---------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

As importações dominantes incidem em bens de equipamento, seguidas das de géneros alimentícios e de gasóleo. Alinham-se depois os materiais de construção, as bebidas, os bens relacionados com meios de transporte, a gasolina e outros produtos petrolíferos, o vestuário e o calçado, os produtos do ferro, alumínio e outros metais, e o mobiliário. Com menor expressão seguem-se o álcool, éter e derivados, os medicamentos, as lãs, fibras e algodão, o papel e cartão e os livros.

**Principais importações de São Tomé e Príncipe
(2013 a 2016 e Janeiro a Outubro de 2016-2017)**

milhares de Euros

	2013	2014	2015	2016	Janeiro-Outubro	
					2016	2017
Total	96 865	108 866	107 208	107 640	86 439	96 051
Equipamento	12 892	13 082	13 770	16 464	13 631	21 723
Géneros alimentícios	20 003	23 187	23 173	24 056	17 220	18 853
Gasóleo	13 261	15 529	19 050	13 588	11 499	14 582
Materiais de construção	4 289	4 731	7 172	6 106	4 797	6 311
Bebidas	7 586	8 790	7 748	8 594	6 815	5 874
Meios de transportes	5 055	6 597	6 084	9 246	7 599	4 982
Gasolina	3 234	4 132	4 572	2 809	2 488	3 776
Outros prod. petrolíferos	12 278	11 295	4 553	3 179	2 612	3 378
Vestuário e Calçado	1 846	3 348	2 030	2 933	2 429	2 026
Ferro, alumínio, outr.	3 816	4 988	4 173	5 586	4 793	1 184
Mobiliário	1 426	906	1 489	1 079	944	1 136
Álcool, éter e derivados	944	1 166	1 071	1 120	873	951
Medicamentos	829	549	561	644	591	744
Lãs, fibras e algodão	496	614	750	550	479	709
Papel e Cartão	860	900	685	697	534	558
Livros e outr. materiais	343	402	427	238	159	339
Outros	7 704	8 650	9 899	10 752	8 977	8 923

Fonte: a partir de dados de base do Banco Central de S.Tomé e Príncipe.

2.3. Principais mercados de destino e de origem

**Mercados de destino das exportações(Fob)
de São Tomé e Príncipe
(2013 a 2016 e Janeiro a Outubro de 2016-2017)**

milhares de Euros

	2013	2014	2015	2016	Janeiro-Outubro	
					2016	2017
Total	5 230	7 727	8 181	9 414	7 508	7 721
P.Baixos	1 521	1 656	2 951	1 951	1 739	2 215
Espanha	596	1 506	791	1 321	1 289	1 436
França	607	1 023	420	2 425	1 712	1 381
Bélgica	1 083	1 886	2 026	597	590	941
Portugal	325	85	419	261	196	487
Angola	193	142	147	887	248	144
EUA	49	52	64	50	39	79
Nigéria	28	32	35	42	40	47
Gabão	48	13	44	11	6	8
África do Sul	4	0	1	4	4	3
Outros	776	1 332	1 282	1 866	1 645	980

Fonte: a partir de dados de base do Banco Central de S.Tomé e Príncipe.

Por memória:

Portugal (Fonte INE)	42	135	151	313	273	278
----------------------	----	-----	-----	-----	-----	-----

Os principais mercados de destino das exportações santomenses no passado recente foram os Países Baixos, a Espanha, a França e a Bélgica, oscilando Portugal entre a 5.^a e a 6.^a posição. Entre os restantes mercados destaca-se Angola, os EUA, a Nigéria, o Gabão e a África do Sul.

De acordo com as estatísticas do Banco Central, Portugal ocupa a primeira posição entre os fornecedores de mercadorias a São Tomé Príncipe, a grande distância dos restantes, com mais de 50% do total no último quinquénio. O segundo fornecedor é Angola, com 23% do total nos primeiros dez meses de 2017, seguida da China, Nigéria, França, EUA, Espanha, Gabão, Dinamarca, Países Baixos e Brasil, entre outros mercados com menor peso.

**Mercados de origem das importações(Fob)
de São Tomé e Príncipe
(2013 a 2016 e Janeiro a Outubro de 2016-2017)**

milhares de Euros

	2013	2014	2015	2016	Janeiro-Outubro	
					2016	2017
Total	96 865	108 866	107 208	107 640	86 439	96 051
Portugal	55 529	63 671	60 400	62 288	50 066	50 850
Angola	27 307	29 613	26 479	18 656	16 456	22 082
China	1 425	2 210	3 246	5 561	4 690	4 678
Nigéria	630	447	362	511	452	2 449
França	602	624	581	1 117	950	2 080
EUA	1 790	2 269	1 508	1 835	1 611	1 857
Espanha	231	644	2 218	2 125	1 559	1 274
Gabão	1 365	2 186	1 813	1 686	1 088	1 178
Dinamarca	195	237	301	348	326	1 146
P.Baixos	220	607	871	580	500	1 022
Brasil	257	153	420	653	520	1 019
Bélgica	1 729	1 875	1 160	2 094	1 716	915
Emirados	640	645	866	983	667	795
Tailândia	0	127	789	482	331	476
Indonésia	527	597	474	572	443	411
Togo	170	288	369	189	179	320
Japão	1 122	419	2 397	2 593	1 316	228
Itália	227	169	129	201	190	224
Alemanha	139	152	380	444	361	218
Coreia	0	0	77	65	0	181
África do Sul	558	276	113	788	782	126
Taiwan	170	44	31	718	462	119
Vietname	0	0	26	0	0	51
Suíça	115	0	33	22	22	23
Camarões	375	99	14	92	70	12
Suécia	14	6	1	0	0	0
Bahamas	0	0	0	1 336	365	0
Outros	1 528	1 506	2 152	1 701	1 314	2 317

Fonte: a partir de dados de base do Banco Central de S.Tomé e Príncipe.

Por memória:

Portugal (Fonte INE)	50 344	56 606	57 463	64 114	54 339	48 061
----------------------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

3. Trocas comerciais de Portugal com São Tomé e Príncipe: 2012-2016 e janeiro-novembro 2016-2017

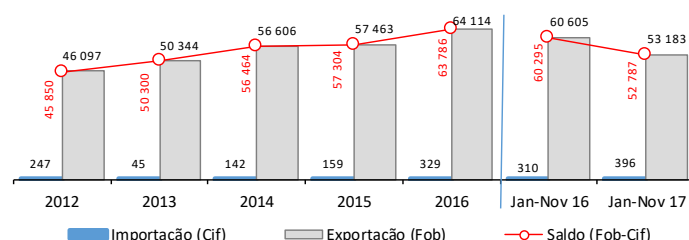
Para as trocas comerciais de Portugal com São Tomé e Príncipe vão agora ser utilizadas estatísticas do Instituto Nacional de Estatística de Portugal, com dados definitivos para os anos de 2012 a 2015, provisórios para 2016 e preliminares para o período de janeiro a novembro de 2017.

3.1. Balança Comercial

Com baixos níveis de importação, é muito elevado o grau de cobertura das importações pelas exportações (Fob/Cif). No período de janeiro a novembro de 2017, as importações registaram um acréscimo de +27,7% face a igual período do ano anterior, rondando os 400 mil euros, e as exportações uma quebra de -12,2%, situando-se em cerca de 53 milhões de euros.

**Balança Comercial Portugal-São Tomé e Príncipe
(2012-2016 e Janeiro-Novembro 2016-2017)**

	2012	2013	2014	2015	2016	milhões de Euros	
						2016	2017
Importação (Cif)	247	45	142	159	329	310	396
TVH	-	-82,0	219,0	11,8	107,0	-	27,7
Exportação (Fob)	46 097	50 344	56 606	57 463	64 114	60 605	53 183
TVH	-	9,2	12,4	1,5	11,6	-	-12,2
Saldo (Fob-Cif)	45 850	50 300	56 464	57 304	63 786	60 295	52 787
TVH	-	9,7	12,3	1,5	11,3	-	-12,5
Cobertura (Fob/Cif) (%)	18 671	113 019	39 841	36 170	19 499	19 543	13 431



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE, com última actualização em 9-1-2018;
2012 a 2015 definitivos, 2016 provisórios e 2017 preliminares (<http://www.ine.pt>).

3.2. Importações

As principais importações portuguesas a partir de São Tomé e Príncipe, desde 2014, incidiram no grupo “*Minérios e metais*”, constituídas designadamente por desperdícios e resíduos de metais, com predominância dos de ferro, mas também de cobre e de alumínio.

Seguiu-se o grupo “*Agroalimentares*”, com destaque para o cacau e suas preparações, e algum café, chá e especiarias.

Os restantes grupos de produtos têm um comportamento pontual, com maior ou menor significado ao longo dos anos.

**Importações de mercadorias com origem em São Tomé e Príncipe
por Grupos de Produtos**

(2012-2016 e Janeiro-Novembro 2016-2017)

Grupos de produtos	2012	2013	2014	2015	2016	milhares de Euros	
						2016	2017
TOTAL	247	45	142	159	329	310	396
A - Agro-alimentares	90	29	15	28	54	54	36
Cacau e preparações	40	17	0	0	41	41	32
Café, chá, especiarias	4	3	2	0	0	0	5
B - Energéticos	0	0	0	0	0	0	0
C - Químicos	1	0	0	21	0	0	2
D - Madeira, cortiça e papel	0	0	0	0	0	0	0
E - Têxteis e vestuário	10	0	0	0	0	0	0
F - Calçado, peles e couros	21	0	0	0	0	0	0
G - Minérios e metais	2	0	75	98	202	183	317
Ferro fundido, ferro e aço	0	0	69	74	138	121	188
Cobre e suas obras	0	0	1	5	8	7	79
Alumínio e suas obras	0	0	4	15	56	55	49
H - Máq., aparelhos e partes	7	14	52	4	4	4	37
Eléctricos	5	2	48	4	2	1	28
Mecânicos	2	12	4	0	1	2	9
I - Mat. transp. terr. e partes	92	0	0	3	62	62	1
Contentores p/via férrea	0	0	0	3	5	5	1
Autóveis, partes e peças	92	0	0	1	57	57	0
J - Aeronaves, embarc. e partes	0	0	0	0	2	2	0
K - Produtos acabados diversos	23	1	0	4	5	5	1

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE, com última actualização em 9-1-2018;
2012 a 2015 definitivos, 2016 provisórios e 2017 preliminares (<http://www.ine.pt>).

3.3. Exportações

- O grupo dominante nas exportações de Portugal para São Tomé e Príncipe é o dos produtos “*Agroalimentares*”, que nos primeiros onze meses de 2017 pesou 41,7% do total. Destacaram-se aqui as bebidas alcoólicas, os produtos da indústria da moagem, como farinha de trigo ou de trigo com centeio e outras, grumos, sêmolos e “pellets” de cereais, as gorduras e óleos, o leite e lacticínios, os cereais e produtos de pastelaria, as carnes, os produtos hortícolas, os alimentos prepara-

dos para animais, as preparações de produtos hortícolas e frutas, as preparações de carne, peixe e crustáceos, como enchidos de carne e conservas de carne, peixe e crustáceos, entre outros.

- No mesmo período seguiu-se o grupo **“Máquinas, aparelhos e partes”** (15,4%), que inclui produtos muito diversificados, destacando-se entre as máquinas e aparelhos mecânicos os computadores e suas unidades, os aparelhos de ar condicionado, os aparelhos de impressão, os refrigeradores e congeladores, as torneiras e válvulas, as bombas para líquidos, os centrifugadores, os “bulldozers”, niveladoras e escavadoras, os motores de pistão, a diesel e suas partes, e as máquinas de lavar roupa. Entre as máquinas e aparelhos elétricos sobressaíram os telefones, os fios e cabos elétricos, os aparelhos de interrupção, seccionamento e proteção, os monitores (exceto de televisão) e projetores, os quadros elétricos e cabinas, os acumuladores, os aquecedores de água, os motores e geradores, os transformadores, os grupos eletrogêneos e conversores rotativos e os discos, fitas e dispositivos de armazenamento de dados.

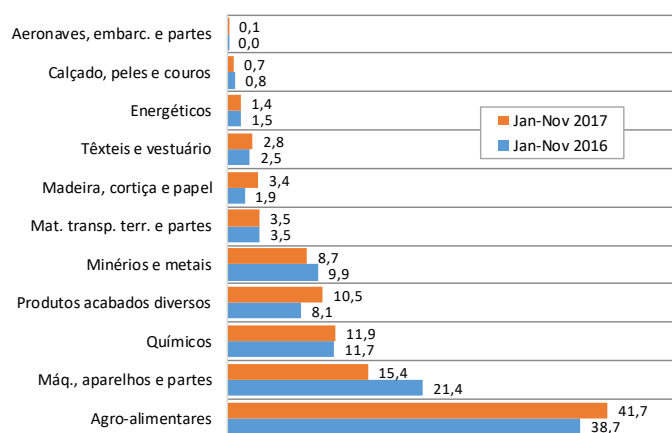
Exportações de mercadorias com destino a SãoTomé e Príncipe por Grupos de Produtos

(2012-2016 e Janeiro-Novembro 2016 -2017)

Grupos de produtos						milhares de Euros		
	2012	2013	2014	2015	2016	Jan-Nov		
						2016	2017	%
TOTAL	46 097	50 344	56 606	57 463	64 114	60 605	53 183	100,0
A - Agro-alimentares	18 718	22 445	25 025	24 802	25 207	23 432	22 152	41,7
B - Energéticos	1 217	814	870	1 244	921	912	768	1,4
C - Químicos	5 584	5 798	6 726	6 284	7 647	7 108	6 316	11,9
D - Madeira, cortiça e papel	885	1 091	1 310	1 180	1 371	1 137	1 800	3,4
E - Têxteis e vestuário	1 215	907	2 197	837	1 593	1 512	1 466	2,8
F - Calçado, peles e couros	420	436	426	401	493	484	358	0,7
G - Minérios e metais	4 727	5 061	6 850	6 558	6 190	5 988	4 649	8,7
H - Máq., aparelhos e partes	6 620	8 021	6 872	8 791	13 382	12 977	8 183	15,4
I - Mat. transp. terr. e partes	2 591	2 239	2 521	2 629	2 223	2 143	1 855	3,5
J - Aeronaves, embarc. e partes	10	60	34	32	26	26	68	0,1
K - Produtos acabados diversos	4 110	3 472	3 776	4 705	5 060	4 886	5 569	10,5

Peso dos Grupos de Produtos no Total (%)

(Janeiro-Novembro 2016-2017)



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE, com última actualização em 9-1-2018; 2012 a 2015 definitivos, 2016 provisórios e 2017 preliminares (<http://www.ine.pt>).

- Seguiu-se o grupo **“Químicos”** (11,9%), com destaque para os sabões e produtos tensoativos de limpeza, preparações lubrificantes várias, velas e semelhantes, ceras e pomadas para calçado, plásticos, borracha e suas obras, tintas e vernizes, produtos farmacêuticos, produtos de perfumaria e cosmética, entre outros.
- No grupo **“Produtos acabados diversos”** (10,5%) são de referir os móveis e aparelhos de iluminação, os produtos cerâmicos, os instrumentos e aparelhos de precisão, como de ótica, de fotografia, de medida ou médico-cirúrgicos, o vidro e suas obras, as obras de pedra, de amianto e semelhantes, e os brinquedos e jogos.
- Os principais produtos exportados do grupo **“Minérios e metais”** (8,7% do total) foram o ferro fundido, ferro ou aço e suas obras, o cimento, o sal e cloreto de sódio puro, o alumínio e suas obras, obras diversas de metais comuns, como ferramentas, artefactos de cutelaria e talheres, e o cobre e suas obras.

- Os restantes grupos de produtos tiveram menor expressão no período em análise: “**Material de transporte terrestre e partes**” (3,5%), “**Madeira, cortiça e papel**” (3,4%), “**Têxteis e vestuário**” (2,8%), “**Energéticos**” (1,4%), “**Calçado, peles e couros**” (0,7%) e “**Aeronaves, embarcações e partes**” (0,1%).

ANEXO

Definição do conteúdo dos Grupos de Produtos

(Nomenclatura Combinada / Sistema Harmonizado)

Grupos de Produtos		NC-2 / SH-2
A	Agro-alimentares	01 a 24
B	Energéticos	27
C	Químicos	28 a 40
D	Madeira, cortiça e papel	44 a 49
E	Têxteis e vestuário	50 a 63, 65 a 67
F	Calçado, peles e couros	41 a 43, 64
G	Minérios e metais	25, 26, 71 a 83
H	Máquinas, aparelhos e partes	84, 85
I	Material de transporte terrestre e partes [1]	86, 87
J	Aeronaves, embarcações e partes [2]	88, 89
K	Produtos acabados diversos	68 a 70, 90 a 99

[1] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veículos e material para via férrea.

[2] Inclui estruturas flutuantes.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Reunião Conselho ECOFIN 23 de janeiro de 2018	Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 23 de janeiro de 2018 destacam-se os seguintes temas: ▪ União Económica e Monetária: O Conselho discutiu as propostas apresentadas pela Comissão, publicadas a 6 de dezembro de 2017, referentes ao aprofundamento da União Económica e Monetária, em particular as propostas referentes à conclusão da União Bancária, e ao reforço dos instrumentos de apoio à implementação de reformas estruturais. O Conselho concluiu que os trabalhos deverão prosseguir no que diz respeito (i) às discussões no âmbito das propostas de revisão dos regulamentos do programa de apoio às reformas estruturais, (ii) à preparação legislativa relativa à União Bancária e ao roteiro de junho de 2016 relativo à União Bancária, (iii) a um esclarecimento adicional da Comissão, relativo à proposta de integração do Tratado Orçamental no quadro legal da UE, previamente às discussões no âmbito do Conselho, (v) às discussões relativas ao desenvolvimento das capacidades do Mecanismo Europeu de Estabilidade e à proposta de criação de um Fundo Monetário Europeu. A discussão relativa aos novos instrumentos orçamentais constantes da Comunicação da Comissão, deverá ser remetida para o momento da sua publicação, no contexto do pacote legislativo que acompanhará o próximo Quadro Financeiro Plurianual, previsto para maio de 2018. ▪ Programa de trabalhos da Presidência Búlgara: O Conselho discutiu o programa de trabalhos na esfera económica e financeira, apresentado pela Presidência búlgara, a qual decorrerá entre janeiro e junho de 2018. Na fileira ECOFIN, o programa abrange os seguintes áreas: (i) redução de risco no setor bancário e finalização da União Bancária, (ii) desenvolvimento da União para os Mercados de Capitais, (iii) aprofundamento da União Económica e Monetária, (iv) regular funcionamento do Semestre Europeu de 2018 e (v) fiscalidade direta e indireta. ▪ Governança económica – Semestre Europeu de 2018: O Conselho adotou conclusões relativas à Análise Anual do Crescimento (<i>Annual Growth Survey</i>, AGS) e ao Relatório sobre o Mecanismo de Alerta (<i>Alert Mechanism Report</i>, AMR). O Conselho aprovou ainda um projeto de recomendação sobre a política económica da área do euro. Relativamente ao AGS, o Conselho concordou com as prioridades propostas pela Comissão Europeia, já identificadas no ano anterior, de fomentar o investimento, prosseguir reformas estruturais e assegurar políticas orçamentais responsáveis. No que se refere ao AMR, o Conselho partilhou a análise feita pela Comissão, reconhecendo os progressos na correção dos desequilíbrios macroeconómicos num contexto de uma situação económica mais robusta. Em fevereiro próximo, a Comissão deverá publicar "apreciações aprofundadas" da situação em 12 estados-membros (Alemanha, Bulgária, Chipre, Croácia, Eslovénia, Espanha, França, Irlanda, Itália, Países Baixos, Portugal e Suécia). O projeto de recomendações sobre a política económica da área do euro – que cobre a política orçamental, competitividade e produtividade, mercado de trabalho e questões sociais, União Bancária e desenvolvimento da União Económica e Monetária – será submetido ao Conselho Europeu para endossamento. Foram ainda adotadas, sem debate, alterações às conclusões do Conselho ECOFIN de 5 de dezembro de 2017 sobre a lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais, tendo sido retiradas da lista as seguintes oito

Iniciativa	Sumário
	jurisdições: Barbados, Granada, Coreia, Região Administrativa de Macau, Mongólia, Panamá, Tunísia e Emirados Árabes Unidos.
Comercialização de gás engarrafado - Combate ao custo elevado do gás engarrafado Conselho de Ministros de 4 de janeiro	Aprovou o decreto-lei que estabelece o processo de receção, devolução e troca de garrafas utilizadas de gás de petróleo liquefeito (GPL) e os termos da sua comercialização. Pretende-se, contribuir para o combate ao elevado preço do gás engarrafado que se verifica em Portugal quando comparado com outros países da Europa.
Substituição de combustíveis – Incentivo à utilização de energia elétrica em veículos de serviço público municipal Conselho de Ministros de 4 de janeiro	Aprovou um incentivo destinado a promover a substituição de combustíveis fósseis por energia elétrica para o abastecimento de veículos de serviço público municipal.
Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 – Portugal + Igual – Agenda para a Igualdade no Mercado de Trabalho e nas Empresas Conselho de Ministros de 11 de janeiro	Aprovou, para ser enviada para consulta pública, a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 – Portugal + Igual. No domínio da Agenda para a Igualdade no Mercado de Trabalho e nas Empresas, a Estratégia reforça o combate à segregação ocupacional, a promoção da igualdade salarial e da conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, fomentando o diálogo com os parceiros sociais.
Cooperação económica e técnica em projetos conjuntos de pequenas e médias empresas Conselho de Ministros de 11 de janeiro	Aprovou o Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação Económica e Técnica em áreas como a inovação e investimento bilateral, infraestruturas de transporte e logística, turismo, projetos conjuntos de pequenas e médias empresas e energia.
Transposição de Diretiva – Mercados de produtos financeiros – Comercialização de produtos financeiros Conselho de Ministros de 25 de janeiro	Aprovou a proposta de lei que altera as regras de comercialização de produtos financeiros e de organização dos intermediários financeiros, garantindo maior proteção dos consumidores e dos investidores não profissionais. Este diploma transpõe para o direito nacional a Diretiva 2014/65/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa aos mercados de instrumentos financeiros (DMIF II).
Transposição de Diretiva – Fundo de Garantia de Viagens e Turismo Conselho de Ministros de 25 de janeiro	Aprovou o estabelecimento do regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens e turismo (Diretiva UE 2015/2302 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015). O diploma reforça o direito à informação e prevê a proteção do viajante, procedendo à adaptação das regras aplicáveis ao Fundo de Garantia de Viagens e Turismo.

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego Portaria n.º 1/2018 - Diário da República n.º 1/2018, Série I de 2018-01-02	Primeira alteração do regulamento do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego, aprovado pela Portaria n.º 105/2017, de 10 de março de 2017-10-30.

Assunto/Diploma	Descrição
Domínio do Capital Humano – Promoção do crescimento económico – Promoção do emprego Portaria n.º 2/2018 - Diário da República n.º 1/2018, Série I de 2018-01-02	Quinta alteração ao Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano, aprovado em anexo à Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março.
Rendas Portaria n.º 3/2018 - Diário da República n.º 2/2018, Série I de 2018-01-03	Atualiza os fatores de correção extraordinária das rendas para o ano de 2018.
Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos – Regime das tarifas transitórias Diretiva n.º 1/2018 - Diário da República n.º 2/2018, Série II de 2018-01-03	Operacionalização do regime equiparado ao das tarifas transitórias.
Prestação social para a inclusão Portaria n.º 5/2018 - Diário da República n.º 4/2018, Série I de 2018-01-05	Portaria que estabelece as normas de execução do Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro, que institui a prestação social para a inclusão.
Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital – Interoperabilidade Digital da Administração Pública com os cidadãos e as empresas Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2018 - Diário da República n.º 4/2018, Série I de 2018-01-05	Procede à revisão do Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital.
Emissão de dívida pública Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2018 - Diário da República n.º 5/2018, Série I de 2018-01-08	Autoriza a emissão de dívida pública, em execução do Orçamento do Estado para 2018.
Trabalhadores independentes Decreto-Lei n.º 2/2018 - Diário da República n.º 6/2018, Série I de 2018-01-09	Altera o regime contributivo dos trabalhadores independentes.
Sistema de Incentivos à Eficiência da Despesa Pública (SIEF) – Despesa Pública Portaria n.º 11/2018 - Diário da República n.º 1/2018, Série I de 2018-01-10	Estabelece o Sistema de Incentivos à Eficiência da Despesa Pública (SIEF).
Sistema de Incentivos à Eficiência da Despesa Pública (SIEF) – Despesa Pública Portaria n.º 12/2018 - Diário da República n.º 7/2018, Série I de 2018-01-10	Prorroga o prazo previsto no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 19/2017, de 14 de fevereiro, durante o qual é possível a opção pelo procedimento previsto no Decreto-Lei n.º 295/87, de 31 de julho.
Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos. - Programa de ações e estudos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos. Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2018 - Diário da República n.º 8/2018, Série I de 2018-01-11	Aprova o programa de ações e estudos a desenvolver pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.
Atividade estatística oficial 2018-2022 – Conselho Superior de Estatística Deliberação n.º 66/2018 - Diário da República n.º 11/2018, Série II de 2018-01-16	49.ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística - Relativa às linhas gerais da atividade estatística oficial para o período 2018-2022 e respetivas prioridades.
Sistema Estatístico Nacional 2018 – Conselho Superior de Estatística Deliberação n.º 67/2018 - Diário da República n.º 11/2018, Série II de 2018-01-16	50.ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística - Relativa ao Plano de Atividades para o Sistema Estatístico Nacional 2018.
Indexante dos apoios sociais Portaria n.º 21/2018 - Diário da República n.º 13/2018, Série I de 2018-01-18	Portaria que procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS).
Pensões de acidentes de trabalho Portaria n.º 22/2018 - Diário da República n.º 13/2018, Série I de 2018-01-18	Portaria que procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho para o ano de 2018.
Atualização anual das pensões e de outras prestações sociais Portaria n.º 23/2018 - Diário da República n.º	Portaria que procede à atualização anual das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social, das pensões do regime de proteção social convergente

Assunto/Diploma	Descrição
13/2018, Série I de 2018-01-18	atribuídas pela CGA e das pensões por incapacidade permanente para o trabalho e por morte decorrentes de doença profissional, para o ano de 2018.
Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social Portaria n.º 24/2018 - Diário da República n.º 13/2018, Série I de 2018-01-18	Portaria que altera o Regulamento de Gestão do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.
Idade normal de acesso à pensão de velhice Portaria n.º 25/2018 - Diário da República n.º 13/2018, Série I de 2018-01-18	Portaria que estabelece a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2019.
Energia renovável – Rede elétrica de serviço público Portaria n.º 32/2018 - Diário da República n.º 16/2018, Série I de 2018-01-23	Define a tarifa de referência aplicável durante o corrente ano à eletricidade vendida na sua totalidade à rede elétrica de serviço público (RESP), oriunda de unidades de pequena produção (UPP) que utilizam fontes de energia renovável.
Internacionalização – Contrato de investimento entre a AICEP e a Navigator, as Universidades de Coimbra e Aveiro e o RAIZ Despacho n.º 873/2018 - Diário da República n.º 16/2018, Série II de 2018-01-23	Aprova a minuta final do contrato de investimento e respetivos anexos, a celebrar pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., em representação do Estado Português, a Navigator Paper Figueira, S. A., a Navigator Pulp Cacia, S. A., a Universidade de Coimbra, a Universidade de Aveiro e o Raiz - Instituto de Investigação da Floresta e Papel.
BREXIT – Implicações do BREXIT na economia portuguesa Resolução da Assembleia da República n.º 18/2018 - Diário da República n.º 18/2018, Série I de 2018-01-25	Recomenda ao Governo a realização de um estudo sobre as implicações da saída do Reino Unido da União Europeia para a economia portuguesa.
Lei de enquadramento Orçamental – Alteração da Lei de Enquadramento Orçamental Lei n.º 2/2018 - Diário da República n.º 20/2018, Série I de 2018-01-29	Primeira alteração à Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada em anexo à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro.
Economia circular – Orientação estratégica quanto à valorização do potencial de minerais de lítio Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2018 - Diário da República n.º 22/2018, Série I de 2018-01-31	Aprova as linhas de orientação estratégica quanto à valorização do potencial de minerais de lítio em Portugal.

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVL	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.